

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA FLUMINENSE
E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL NO
PERÍODO PÓS 1960**

RENATA DUARTE DA SILVA LADEIRA

Matrícula nº: 108084588

ORIENTADOR: PROF. RENÉ LOUIS DE CARVALHO

MARÇO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA FLUMINENSE
E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL NO
PERÍODO PÓS 1960**

RENATA DUARTE DA SILVA LADEIRA

Matrícula nº: 108084588

ORIENTADOR: PROF. RENÉ LOUIS DE CARVALHO

MARÇO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo carinho, os conselhos e a atenção a mim dados pelo meu orientador René Louis de Carvalho. Certamente sem sua ajuda eu não teria sido capaz de “me encontrar” no desenvolvimento deste texto.

Agradeço a minha família, que sempre esteve ao meu lado durante todos os anos de faculdade, apoiando e encorajando nos momentos de tensão e preocupação. A minha mãe, principalmente, que batalha todos os dias pelo meu futuro e da minha irmã. E a meu namorado, que teve paciência para administrar o meu stress e sensibilidade neste momento e soube dar apoio para que esse trabalho finalmente saísse.

Agradeço ainda, por último, mas não menos importante, a todos os meus amigos de faculdade; os mais próximos e também aqueles que contribuíram em uma ou outra matéria. Sou um reflexo de toda essa convivência e aprendizado. Agradeço, sobretudo, aos amigos que comigo dividiram o intercâmbio acadêmico, e fizeram parte dos anos mais “dourados” da minha graduação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apontar as principais mudanças estruturais ocorridas no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1960 e explicitar em que medida tais características contribuíram para que a trajetória econômica do estado se afastasse daquela trilhada pelo Brasil.

Com este intuito, permearemos os traços mais marcantes da história econômica fluminense, desde sua ascensão à posição de centralidade nacional, passando pelo início da industrialização, perda da primazia industrial para São Paulo até o processo de esvaziamento relativo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Industrialização; Década de 1960; Mudanças Estruturais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – RIO DE JANEIRO: DE SUA POSIÇÃO ENQUANTO “CENTRO DINÂMICO” AO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	13
1.1 RAIZ DA POSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO COMO “CENTRO DINÂMICO”	13
1.2 TRAJETÓRIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	17
1.3 PERDA DE CENTRALIDADE.....	18
1.4 A GRANDE DEPRESSÃO.....	20
1.5 INÍCIO DO ESFORÇO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	21
1.6 CONCLUSÃO.....	22
CAPÍTULO II – DA INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA À CRISE DOS ANOS 1980.....	24
2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA.....	24
2.2 DIVISÃO “POLÍTICO-ADMINISTRATIVA” FLUMINENSE.....	25
2.3 INÍCIO DA DÉCADA DE 1970.....	27
2.4 CONTEXTO DA CRISE DOS ANOS 80 E A ESTAGNAÇÃO FLUMINENSE.....	37
2.5 CONCLUSÃO.....	40
CAPÍTULO III – RIO DE JANEIRO: EXPECTATIVAS/ PERSPECTIVAS REGIONAIS DE INVESTIMENTOS E CRESCIMENTO.....	42
3.1 OS ANOS 1990, A ABERTURA DO MERCADO E A CORRIDA RETOMADA DO CRESCIMENTO	42
3.2 NOVOS INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS DA REGIÃO FLUMINENSE – HISTÓRIA RECENTE	49
3.3 CONCLUSÃO.....	51
CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	56

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Participação na Produção Industrial do Brasil – PIB (%).....	10
Tabela 2. Produção Exportável de Café por região (%):.....	15
Tabela 3. Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em sacas):	16
Tabela 4. Participação na Produção Industrial Brasileira (%) – 1907 e 1919:.....	19
Tabela 5. Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em estados selecionados (%):.....	30
Tabela 6. Participação do ERJ no PIB por segmento – 1939/1980 (%):.....	31
Tabela 7. Participação regional no VTI da indústria (%):.....	32
Tabela 8. Distribuição Regional da Área Geográfica e do PIB 1970-1990 (%):	33
Tabela 9. Participação do ERJ na Renda Terciária Nacional por Ramos Selecionados (%): ..	36
Tabela 10. Participação relativa (%) de estados selecionados no PIB nacional: 1960, 1970, 1980, 1990 e 2002:	39
Tabela 11. Participação do ERJ na Renda do Brasil por Setores: 1980-90 (%):.....	41
Tabela 12. Evolução do PIB por Região e Estado – 2002-2006 (2002 = 100):	48
Figura 1. Evolução (%) da participação de estados selecionados no PIB brasileiro: 1960 até 1970, 1970 até 1980 e 1980 até 1990.	39
Figura 2. Evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro (1996-2001)	43
Figura 3. PIB Industrial do Estado do Rio de Janeiro por representações regionais (R\$ Milhões a preços constantes de 2008)	45
Figura 4. Participação da Indústria de Transformação e da Produção de Petróleo no	46
Figura 5. Participação dos estados no PIB da Indústria – 2011 (%):	51

INTRODUÇÃO

Capital da República brasileira entre os anos de 1763 e 1960, a Cidade do Rio de Janeiro já em fins do século XIX detinha relevante função no cenário nacional, como principal centro comercial e financeiro do país. Em pouco tempo, a segunda capital do Brasil, após Salvador, tornou-se a principal metrópole da nação. O Rio foi beneficiado por sua localização litorânea privilegiada e seu porto, que favoreceram seu desenvolvimento comercial; pelo avanço de seu setor público, em decorrência de sua posição enquanto capital; pela questão do acolhimento da Corte Portuguesa, que atraiu grandes volumes populacionais e de capitais e, conseqüentemente, trouxe ganhos de natureza urbano-social e econômico-financeira, dentre outros fatores.

A economia brasileira, após ter seu dinamismo impulsionado pelo ouro e a economia açucareira, ficou relativamente afastada do mercado internacional com a crise da mineração e a desaceleração da produção do açúcar. Foi o café que tornou possível que a economia brasileira novamente se inserisse no comércio internacional. Em um breve espaço de tempo, o Rio de Janeiro galgou a posição de pioneiro do cultivo e na venda do café, consolidando sua centralidade econômica.

A forte expansão da cafeicultura foi acompanhada de fragilidade na medida em que se sustentava no uso do latifúndio, da monocultura e, sobretudo, da mão de obra escrava. Tais características fizeram com que o cultivo se desse a custos crescentes no Rio de Janeiro, permitindo que a região fosse, aos poucos, perdendo espaço para a cafeicultura de São Paulo. Podemos citar como alguns dos importantes fatores que limitaram o crescimento da economia do Rio os altos custos com mão de obra escrava, a partir da intensificação do combate ao tráfico negreiro, e a dependência da importação de insumos básicos de outras regiões do país, devido à concentração de terras para a cafeicultura.

Com o aumento da competitividade e crises no setor, as perdas de lucratividade da economia do café iniciaram a transferência de capital para outras atividades que possuíam período mais reduzido de rotatividade do capital.

Apesar da crise do café, o Rio de Janeiro ainda apresentava nos anos 1920 condições favoráveis à implantação de redes. Esta situação se altera na segunda década do século XX, a partir da transferência da centralidade na produção cafeeira para São Paulo, e a formação e rápido crescimento do complexo cafeeiro paulista. Os complexos transformaram o contexto urbano do sudeste do país. O elevado ritmo de acumulação de capital em SP e desenvolvimento urbano da economia mercantil de alimentos no exterior transformaram SP no território mais propício ao surgimento de redes de dinamismo¹.

As vantagens adquiridas pelo Rio de Janeiro – aparato comercial, financeiro, administrativo e acúmulo de capital, por exemplo – não foram suficientes para sustentar uma possível primazia industrial fluminense. Fatores como a não formação de um mercado consumidor consolidado e a dificuldade com mão de obra assalariada inibiram a região. Justamente estas questões estavam sanadas em São Paulo: o estado recebia grande fluxo de imigrantes e já havia consolidado um mercado consumidor importante, devido a seu número de trabalhadores assalariados e à não dependência do trabalho escravo. Além disso, o aumento de exportações de café e borracha e a entrada de capital estrangeiro possibilitaram o acúmulo de capital necessário, e rapidamente São Paulo conquistou a primazia industrial (PENALVA, 2002, p. 35).

A **Tabela 1** abaixo apresenta a participação do Rio de Janeiro e São Paulo no Produto Industrial brasileiro, em termos percentuais. Podemos notar que já em 1919 o estado paulista tem participação relativa superior à fluminense.

Tabela 1. Participação na Produção Industrial do Brasil – PIB (%)

Estado	1907	1919	1939	1949
Rio de Janeiro	40	28,4	22	19,3
São Paulo	16,5	33	45,4	48

Fonte: Considera e Melo (1985) *apud* Simões (2004)

Ao longo dos anos, dada a Política de Desenvolvimento do país, e principalmente após a implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, lançado em 1956, o Rio passa também a apresentar taxas de crescimento inferiores a outras regiões em ascensão do país, antes consideradas periféricas, como o Nordeste e Centro-Oeste.

¹ O conceito de “rede” está relacionado a um conjunto de cidades ou localidades que se integram em determinada escala, por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, recursos humanos, etc, de forma a promover benefícios para a economia da região.

Tendo em mente a realidade exposta, o presente trabalho tem como objetivo identificar as principais transformações ocorridas na economia do Estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1960 e compreender em que medida essas transformações distanciaram a economia fluminense do movimento da economia nacional, permitindo que a região perdesse importância e participação na economia do país. A importância de delinear estas tendências está no fato de crermos que a profundidade destes acontecimentos foi tamanha que suas consequências foram sentidas nos anos seguintes.

Em sua tese de doutorado, Silva afirma que “ainda que não esteja na ‘indústria’ a totalidade das respostas para o entendimento da trajetória recente do desenvolvimento capitalista fluminense, considerável parcela das novas dinâmicas e processos regionais se encontram nesse setor”. Este setor tem sido o responsável por algumas das mais importantes alterações na estrutura produtiva estadual e, por conseguinte, do desenvolvimento regional. Por este motivo, nos concentraremos nos rumos da indústria fluminense, não deixando de mencionar, quando necessário, outras economias relevantes para as questões desenvolvidas por este trabalho.

O primeiro capítulo irá discorrer sobre a história econômica do Estado do Rio de Janeiro, levantando algumas das características que permitiram ao Estado ocupar um papel de centralidade econômico-financeira e urbano-social, promovendo na região atração populacional e de capitais, fundamentais para o período que se segue. Em seguida, iniciamos uma discussão sobre o movimento de industrialização do Rio de Janeiro, para entender, como diz Penalva (2006), “como o processo de industrialização brasileira tirou do Estado do Rio de Janeiro a condição de centro dinâmico do país”. Para esclarecer melhor as condições vividas pelo Estado, fazemos uma breve contextualização sobre a conjuntura brasileira no período pós “Grande Depressão” (1929), apontando o esforço de industrialização e modernização brasileiro até o período da chamada “industrialização restringida”.

No segundo capítulo, buscamos destacar como a economia do Rio de Janeiro se afasta da brasileira ao reduzir sua participação econômica no cenário nacional. Abordaremos o caminho de industrialização trilhado pelo estado, sua perda de dinamismo econômico, o processo de desconcentração industrial e a possível desindustrialização relativa. Trataremos

ainda da Crise de 1980 e como a mesma foi sentida do Rio em comparação com o resto do país.

No terceiro e último capítulo, iniciaremos com a mudança de perspectiva iniciada na década de 1990, e a partir desta “inflexão positiva”, trabalharemos com alguns investimentos e resultados mais recentes da economia industrial do estado, buscando compreender suas tendências e em que medida estes podem ajudar a região a refletir sua trajetória.

CAPÍTULO 1 – RIO DE JANEIRO: DE SUA POSIÇÃO ENQUANTO “CENTRO DINÂMICO” AO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Para adentrarmos a discussão central deste trabalho, pautada nas mudanças estruturais sofridas pelo Rio de Janeiro em meados dos anos 1960 e suas consequências para a trajetória econômica da região, é importante tratarmos primeiramente da história econômica vivenciada pelo estado. Algumas das características que aqui serão explanadas são fundamentais para compreendermos a trajetória de implantação da indústria no Brasil e como foi se dando a dinâmica de crescimento deste setor, privilegiando o Estado de São Paulo.

1.1 RAIZ DA POSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO COMO “CENTRO DINÂMICO”

O Rio de Janeiro pôde observar um maior ritmo de crescimento em meados do século XVIII, a partir da descoberta e exploração da economia do ouro, segundo a análise de Silva (2004). Sua localização litorânea propiciou seu posicionamento como significativa região portuária e comercial do país. Essa localização foi ganhando importância à medida que a região sul do continente adquiria maior relevância para a metrópole portuguesa. De acordo com Lessa (2002), a forte centralidade do Rio de Janeiro no comércio estava relacionada com o fato da cidade ser entreposto de duas importantes rotas comerciais – uma a ligava à Ásia, à Europa e à África, e a outra ao Rio da Prata.

O desenvolvimento da economia do ouro e a desaceleração da produção de açúcar no nordeste, devido à concorrência das Antilhas, provocaram uma mudança do eixo econômico e político do nordeste para o centro-sul do país. Segundo Silva, foi a importância do maior controle sobre o escoamento e exploração do ouro que, devido a crescente importância da mineração, impulsionaram a movimentação da capital administrativa, em 1763, para o território fluminense, que já era centro de abastecimento e reparos das frotas portuguesas (SILVA, 2004, p. 6). O Rio se transforma também em “principal porto de entrada de importações e centro redistribuidor de manufaturas, principalmente de escravos africanos” (PENALVA, 2002, p. 32). De acordo com Lessa (2000), o tráfico negreiro e o contrabando tiveram papel chave no desenvolvimento da região e seu fortalecimento, até porque sem eles não haveria a mão de obra necessária à economia do ouro.

Com o crescimento da economia do ouro, há um aumento da demanda de mão de obra para sua extração e a intensificação do tráfico negreiro. Desta maneira, nas palavras de Loureiro, “se multiplicam os fluxos comerciais internos e externos, acelerando o processo de acumulação mercantil, impulsionando o desenvolvimento econômico da cidade” (LOUREIRO, 2006, p.12).

Outro relevante acontecimento da época que contribuiu para este movimento fora a transferência da Corte Portuguesa para a cidade, em 1808. Esta chegou trazendo grande aporte de recursos e investimentos. De acordo com Cano (2002), este episódio antecipou o “processo de independência”, culminando na abertura dos portos e permitindo outras liberdades à região, que auxiliaram no avanço das atividades comerciais e financeiras, levando o Rio à posição de principal centro econômico brasileiro, em crescimento e ascensão mesmo em meio à “falência da economia ouro”. A ocupação do território por um número expressivo de portugueses – aproximadamente 15 mil, segundo Penalva (2002) – também contribuiu para a criação de um padrão mais rebuscado de consumo, não conhecido até então, desenvolvendo o comércio da região e propiciando maior circulação de moeda. O salto demográfico vivenciado pelo Rio fez com que a cidade se tornasse a maior do país.

“(…) tendo em seu porto marítimo a principal porta de entrada e saída dos mais importantes fluxos da atividade mineradora do século XVIII, e da cafeeira no século XIX e passando, também, a ser sede do governo central a partir de 1763, a Guanabara certamente usufruiu parte importante do excedente gerado por tais economias, assim como se beneficiou de boa parcela do gasto público” (CANO, 1998A, p. 259 e 260).

A economia cafeeira surge em fins do século XVIII para consolidar ainda mais a expansão econômica do Rio de Janeiro. Após a desaceleração do açúcar e a crise da mineração, o café tornou possível a reinserção da economia brasileira no comércio internacional. Para que a mesma pudesse se instalar no Estado fluminense alguns fatores foram fundamentais, dentre eles a disponibilidade de recursos; a ocupação populacional da região, em grande medida alcançada devido à chegada da família imperial; o comércio de escravos, além de terras disponíveis – neste caso o Vale do Paraíba. Tais fatores foram decisivos para o cultivo na localidade, até mesmo porque os solos fluminenses não eram considerados os melhores. O estabelecimento da economia cafeeira ajudou a constituir uma elite empresária, essencial para o desenvolvimento da região.

A grande oferta de café reduziu o preço do produto e fez com que o mesmo passasse de especiaria a parte da cesta básica de consumo dos trabalhadores nos países industriais. Lessa afirma que o Rio contou ainda com o “ciclo ferroviário”, que “reforçou poderosamente a centralização urbana” (LESSA, 2000, p.103). Dessa maneira, era possível a redução do custo de transporte e a expansão geográfica da produção.

Após a Independência do Brasil, em 1822, a cidade tornou-se a capital do Império do Brasil. Vale destacar que em 1834 ela é separada do estado do Rio, tornando-se um município neutro, e passando o estado a ter Niterói como capital. Esta separação exacerba as desigualdades entre as duas regiões, pois delimita a abrangência dos gastos públicos. Outra questão levantada é que ficou com o interior o papel de produtor primário, enquanto que a cidade desempenhava o papel mercantil, importante função política e econômica para o Brasil (SILVA, 2004, p. 9).

Segundo Penalva (2002), a economia cafeeira envolve deslocamento espacial, ou seja, há um movimento em direção às melhores terras, ainda não cultivadas e com maior produtividade, de forma que as plantações deslocavam-se no sentido São Paulo – Paraná.

Apesar dos ganhos mencionados e das economias de transporte trazidas pela expansão ferroviária, a economia cafeeira fluminense expandiu-se a custos crescentes. A **Tabela 2**, a seguir, observa a participação relativa das regiões cafeeiras na exportação de café, no período de 1876 a 1920. Como mencionado, entre 1820 e 1870, o Rio aparece como maior produtor e exportador mundial de café: em meados de 1880, a produção fluminense correspondia a mais de 50% da produção total brasileira do produto. Já em fins dos anos 1880, a produção fluminense perdia nacionalmente importância relativa.

Tabela 2. Produção Exportável de Café por região (%):

Ano/Região	SP	RJ	MG	ES
1876-1880	24,3	52,5	20,2	3,3
1881-1890	37,1	37,8	20,8	4,3
1891-1900	60,5	11,5	22,7	5,3
1901-1910	68	7,3	20,4	4,3
1911-1920	70,2	6,1	18,4	5,3

Fonte: Taunay, A. de E. e Fraga, C.C. e Cano 2002 *apud* Silva 2004

Enumerando alguns dos principais fatores que recaíram negativamente sobre a economia fluminense nesse momento temos a elevação do preço dos escravos a partir do combate a seu comércio, dos quais dependia fortemente a produção, e ainda a concentração na lavoura cafeeira, que fazia com que a região dependesse da importação de alimentos que deixara de produzir. Além disso, as práticas predatórias de produção também afetavam os cafezais, de tal maneira que acabavam por reduzir sua produtividade. Os custos elevados também estavam ligados à deficiências no traçado de ferrovias, e ainda ao custo mais elevado da mão de obra assalariada, devido ao preço mais inflacionado dos alimentos e à concorrência com o setor público e com o setor de serviços da região.

Contrapondo-se a tais características, a produção de São Paulo detinha custos decrescentes de produção e a mão de obra livre. Ademais, diferente do que ocorrera no Rio, lá o deslocamento da economia cafeeira consolidava importantes centros regionais, de tal maneira que se constituíam no interior do estado redes de cidades com dinamismo (PENALVA, 2002, p. 34).

A **Tabela 3** apresenta os níveis da produção de café para exportação do Rio de Janeiro, em sacas, frente às outras principais cidades brasileiras, comprovando a hegemonia fluminense na produção cafeeira até a mesma ser superada no último quartel do século XIX.

Tabela 3. Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em sacas):

Ano/Região	RJ	SP	MG	ES
1851-1860	1.741,00	-	-	-
1861-1870	1.659,00	-	-	-
1871-1880	1.987,00	925,00	767,00	124,00
1881-1890	2.176,00	2.138,00	1.200,00	250,00
1891-1900	911,00	4.775,00	1.787,00	416,00
1901-1910	995,00	9.252,00	2.772,00	579,00
1911-1920	812,00	9.306,00	2.446,00	700,00
1921-1930	945,00	11.131,00	3.445,00	1.210,00

Fonte: Vieira 2000 *apud* Loureiro 2006

A drástica queda das exportações do Rio foi parcialmente contida pelo fato de que sua estrutura avançada – comercial, de transportes, financeira, etc. – beneficiava-se dos

excedentes das outras regiões cafeeiras concorrentes, fornecendo serviços para as mesmas. Até a construção da ferrovia que ligava São Paulo ao porto de Santos, ainda era mais barato exportar café através dos portos do Rio de Janeiro. Além disso, a região continuava a ser o principal alvo dos gastos públicos.

O Brasil tornou-se bastante dependente dos resultados da economia do café, de forma que as crises de superprodução, ocorridas a partir de 1894, traziam demasiada vulnerabilidade. O governo, ainda por alguns anos, aplicou políticas de controle à comercialização, comprando os excedentes de produção (1906). Porém, não por muito tempo foi possível manter o nível de renda desta economia (PENALVA, 2002).

1.2 TRAJETÓRIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

De acordo com Penalva (2002), a queda de lucratividade da economia cafeeira iniciou uma “transferência de recursos da cafeicultura para outras atividades que, como a indústria, tinham um período mais curto de rotação do capital”. Por esse motivo, mesmo que com menores taxas de lucro, tornou-se mais atrativo investir na indústria. A industrialização no Brasil tem início neste período, “estimulada pelas políticas de sustentação da renda do complexo agroexportador cafeeiro” (PENALVA, *op. cit.*, p.35-36).

Segundo Silva (2004), até os anos 1850 a atividade manufatureira que surgia na cidade do Rio de Janeiro era incipiente, e servia ao mercado local. O autor explica que nos anos 1870 a expansão fora qualitativamente diferente, em virtude do uso predominante de trabalhadores livres e assalariados e máquinas movidas à força motriz.

Em 1892, a grande especulação financeira do período conhecido como “Encilhamento” propiciou o alavancar industrial do Rio, principalmente dos setores têxtil, metalúrgico, de alimentação e químico. Foi possível a “acumulação real interna” devido à posição cambial, que permitia a importação de capital fixo e ao preço no café no mercado externo, com auxílio da Bolsa de Valores e financiamento do governo. Além do aparato financeiro e comercial, a população do Rio, seus órgãos administrativos e sua riqueza acumulada também contribuíram para permitir que ali se iniciasse as atividades industriais. O início da industrialização no

modelo primário exportador contou com medidas de restrição às importações e aumento da produção interna (SILVA, 2004, p. 20).

Não se pode esquecer que se trata de uma industrialização tardia, devido às proibições da fase colonial, o livre mercado para os produtos ingleses e ainda a fragilidade do mercado interno, com pouca circulação monetária e mais centrado na economia escravista.

1.3 PERDA DE CENTRALIDADE

“Quando se iniciou no país o processo de industrialização, a economia fluminense já tinha acumulado vantagens locais que permitiam imaginá-la como sua principal beneficiária. Não foi, contudo, o que ocorreu; a industrialização brasileira praticamente se confundiu com a emergência de um potente pólo industrial em São Paulo, transformando a economia fluminense em mera coadjuvante da economia paulista” (PENALVA, 2002, p. 31).

Como é possível compreender através da citação acima, as vantagens acumuladas pelo Rio de Janeiro não foram suficientes para que o Estado permanecesse na posição de centralidade nacional. Após a perda de participação na economia do café, a implementação à indústria vem corroborar esse cenário. A transcrição abaixo é clara quanto ao movimento dos novos investimentos:

“Os novos investimentos industriais iriam localizar-se preferentemente em São Paulo, em detrimento da economia carioca, tanto pela maior diversidade da economia paulista; pelo seu maior mercado consumidor; pela maior presença de imigrantes, parte dos quais vinha explorando as atividades de comercialização no complexo agroexportador cafeeiro e se tornaria a nova burguesia industrial; quanto pela inexistência de um mercado de capitais, o que contribuía para que o conhecimento pessoal entre o “banqueiro” e o investidor na Indústria fosse um elemento importante na decisão de fornecer ou não capital para financiar a nova atividade industrial” (PENALVA, *op. cit.*, p.35).

Em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, segundo Silva, os dados já imprimem a perda relativa de participação e centralidade das indústrias fluminenses frente à paulista. O termo “relativa” indica que as indústrias do Rio cresciam em termos reais, entretanto reduziam sua representatividade em relação ao montante total do país.

Diversas são as elucidações apontadas para explicar o movimento de perda de centralidade. Silva cita Pignaton (1977), afirmando que a superação paulista se deveu ao

“aumento de sua capacidade para importar, à entrada de capitais externos e ao aumento nas exportações de café e de borracha”. Além destes fatores, outro ponto relevante foi a imigração sofrida pelo estado, que proporcionou mão de obra assalariada para o trabalho rural, bem como a formação de um mercado consumidor, aquecendo a economia doméstica.

Em contrapartida, a herança escravista, a limitação na formação de um mercado interno, e consequente limitação da expansão da produção doméstica, e a elevação dos custos de produção da indústria fluminense são entendidas como algumas das justificativas para sua fragilidade. O custo da mão de obra escrava estava cada vez mais elevado, devido à intensificação do combate ao tráfico negreiro. Porém, a decisão de dar continuidade ao escravismo foi dos próprios cafeicultores fluminenses. Tentaram ainda algumas outras formas de produção que não deram certo, de forma que esta característica limitava o crescimento da renda e ainda da formação do mercado consumidor. O Estado não contou com significativa imigração, como fora o caso de São Paulo. Houve ainda, como já citado, dependência da importação de insumos básicos de outras regiões do país, devido à utilização de terras para a cafeicultura, além dos altos custos de produção ligados, principalmente à deficiência no planejamento dos transportes. A crise cafeeira ainda reduziu o dinamismo industrial, fazendo com que as indústrias se desenvolvessem a um ritmo mais lento, enquanto a economia de São Paulo contava com setores mais novos e maior dinamismo tecnológico (SILVA, 2004).

Na **Tabela 4** podemos comparar a participação do Rio de Janeiro e São Paulo na produção industrial brasileira nos censos dos anos 1907 e 1919, corroborando a perda de centralidade para a indústria paulista. No período assinalado, a indústria fluminense já apresentava sinais de declínio, apesar da manutenção do nível relativo de capital empregado por ela, segundo Silva (SILVA, 2004, p.23).

Tabela 4. Participação na Produção Industrial Brasileira (%) – 1907 e 1919:

Ano/Região	RJ*	SP
1907	37,6	16,1
1919	28,5	30,0

Legenda: *Inclui Estado do Rio e Guanabara

Fonte: Censo Industrial *apud* Silva (2004)

De acordo com Cano, a dinâmica do crescimento industrial tem relação direta com a mudança para as relações capitalistas de produção. Em São Paulo, formou-se um “complexo cafeeiro”, que deu lugar a uma dinâmica industrial fortalecida. Isso porque o complexo contava com diversos setores interligados, desde a produção de café, a agricultura de alimentos e matérias primas até as atividades industriais. Diferente do que ocorrera no Rio de Janeiro, onde não aconteceram investimentos voltados para o apoio à agro exportação.

1.4 A GRANDE DEPRESSÃO

O mundo capitalista, de maneira geral, entrou em uma profunda crise após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. A chamada “Grande Depressão” prontamente trouxe consequências também para outras partes do mundo. No Brasil, foi atingida a demanda internacional pelo café, principal produto da economia na época. Este fato, juntamente com a conjuntura financeira internacional desfavorável, levou o país a uma alarmante crise nos anos de 1930 e 1932, com significativa queda do PIB no período.

A partir da crise de 1929, a economia brasileira de maneira geral inicia um período de intenso esforço de industrialização. Com o objetivo de reduzir sua fragilidade e modernizar a estrutura produtiva do país em relação aos choques externos, os anos seguintes ficaram marcados por políticas em favor da implantação de indústrias, com rápida expansão das atividades manufatureiras e das estruturas urbanas, como veremos melhor posteriormente. Deste momento em diante, a industrialização tornou-se “eixo dinâmico da economia do país”, e desligou-se da dependência em relação à economia do café. A redução da capacidade de importar impulsiona a produção industrial do Brasil. Apesar do crescimento da economia fluminense no período, o mesmo se dá de forma absoluta, mas não relativa, ficando abaixo da média nacional e se distanciando principalmente de São Paulo.

A crise de 1929 e a adoção da industrialização por substituição de importações beneficiaram a Região Sudeste do país, principalmente a indústria paulista, com perfil orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais avançados. Além dos já mencionados, outros fatores determinantes para o crescimento paulista foram, segundo Penalva (2006), sua economia com maior diversidade, seu maior e mais consolidado mercado

consumidor, bem como a presença de imigrantes e elevada concentração populacional. Em pouco tempo a indústria paulista já correspondia a 35% do PIB brasileiro – em 1930 –, colocando-se a frente da indústria carioca e fluminense somadas.

O beneficiamento da Região Sudeste se deu principalmente porque a infraestrutura nacional, em função da influência das elites cafeeiras dos anos anteriores, estava limitada a essa região, de forma que passou a ocorrer um processo de concentração industrial, priorizando as economias de aglomeração². Além disso, a região era o centro de acumulação de capital, de forma que contava com a concentração de população e de renda.

1.5 INÍCIO DO ESFORÇO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

O período entre 1933 e 1955 é conhecido como industrialização restringida. Este fora caracterizado pela presença do capital privado nacional, centrado em bens de consumo não duráveis, e das estatais, mais focadas em bens intermediários, energia e transportes e poucas unidades da indústria de bens de consumo durável. Neste período, setores que apresentaram importante desempenho e desenvolvimento foram aqueles ligados à metalurgia e à produção de bens de capital.

Ressalta-se que a implantação da indústria de bens de consumo duráveis ocorre quase que em totalidade em São Paulo. Neste momento, a participação do Rio de Janeiro na indústria nacional é basicamente de bens intermediários. Apesar da alavancagem da economia nacional confundir-se com a industrialização paulista, como bem destaca Penalva (2002), “a economia fluminense também foi beneficiada pela instalação de empresas produtoras de insumos básicos. São exemplos a Companhia Nacional de Álcalis (Cabo Frio, em 1937), a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, em 1941) e a Refinaria Duque de Caxias (Duque de Caxias, em 1952)”.

² Conceito elaborado para designar aglomerações geográficas das indústrias e demais atividades econômicas, em especial aquelas que envolvem o setor secundário. Trata-se, na prática, da concentração de empresas em um dado local em busca de algumas determinadas vantagens no que se refere à cadeia produtiva.

1.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Apesar de uma trajetória, por anos consecutivos, de crescente importância do Estado do Rio de Janeiro para o resto do país, a economia da região contava com algumas características que a fragilizavam. Do ponto de vista da formação da indústria, este setor contou, principalmente, com a herança da economia do café.

Alguns dos atributos mais relevantes a serem levados em consideração nesta análise são: a falta de mão de obra disponível, devido à região não ter sido alvo de grandes imigrações, ter ainda a competição com os altos salários do setor público e, por último, ter se baseado largamente na mão de obra escrava; a não formação de um mercado consumidor consolidado, não apenas pela escravidão reduzir a massa de assalariados, mas ainda pela carência de produção de diversos gêneros alimentícios, que eram importados – mais caros –, visto que os solos disponíveis eram utilizados para a produção de café; a não formação de complexos industriais, fortalecidos e com redes dinâmicas, capazes de atender as demandas futuras das indústrias; os custos altos com energia e transportes, devido à falta de planejamento e investimentos precisos nestes segmentos; dentre outras.

Quando a indústria se instalava no país, acreditava-se que o estado fluminense possuía vantagens em relação às demais regiões, como seu aparato comercial e administrativo. Porém a economia cafeeira do Rio já estava perdendo força e sendo ultrapassada pela paulista, e o mesmo ocorreu com a primazia industrial, que passou também pertencer a São Paulo. Seu perfil mais novo e voltado para setores avançados e tecnológicos foram de especial relevância.

Adicionalmente às justificativas já aqui assinaladas, Silva coloca que o “descompasso” fluminense em relação a São Paulo e as taxas nacionais está ligado, dentre outros fatores, ao “custo do pioneirismo”, isto é, o atraso tecnológico de alguns setores – devido ao perfil industrial fluminense. Ou seja, as novas indústrias, como é o caso da paulista, surgem operando a custos menos elevados e com perfil mais dinâmico e tecnológico (SILVA, 2004).

O Rio adentra à nova etapa de industrialização com segundo polo industrial do país, porém marcado por fortes indícios de perda relativa (1930-1956), afastando-se da economia de São Paulo. Sua indústria é menos diversificada e centrada em bens de consumo não

duráveis (Textil, Alimentação, etc.) apesar dos investimentos federais dos anos 40 e 50 na produção de bens intermediários, como citado anteriormente, CSN, Reduc, Álcalis, dentre outras.

CAPÍTULO II – DA INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA À CRISE DOS ANOS 1980

No Capítulo I nos ativemos ao caminho trilhado pelo Rio de Janeiro desde seu surgimento enquanto centro econômico, administrativo e político do país – ou seja, da formação de sua centralidade no âmbito nacional – até o esforço de industrialização brasileiro e o momento em que se consolida a primazia industrial de São Paulo.

Neste capítulo passaremos ao foco deste trabalho: avaliar as principais mudanças estruturais ocorridas a partir da década de 1960 no Rio de Janeiro e suas consequências. Como veremos na análise que se segue, há um distanciamento da trajetória da economia fluminense em relação a nacional quando se compara meados da década de 1970 com período anterior. Primeiramente, destacaremos a transferência da capital do país para Brasília, que certamente reduz a importância do estado. Além disso, veremos adiante que a nova política econômica brasileira aprofunda o distanciamento nacional na medida em que promove o desenvolvimento de novas regiões do país, consequentemente promovendo a aceleração da queda de participação industrial do Rio de Janeiro.

2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA

No ano de 1956, tem início a etapa de industrialização pesada, adentrando uma fase de “desenvolvimentismo” para o país (VILLELA, 2011). A ideia central era constituir uma “estrutura industrial moderna”, através de maiores investimentos. Ou seja, é o momento em que surge o capital multinacional nos setores dinâmicos.

O Período de industrialização pesada pode ser dividido em três subperíodos: 1956-61, marcado pelo Plano de Metas e forte crescimento econômico; 1962-67, de crise econômica e 1968-70, de início de recuperação da economia.

Em 1956, tem início o Plano de Metas (1956-61), no governo Juscelino Kubitschek. O objetivo do Plano era eliminar os pontos de estrangulamento à continuidade da industrialização, focando seus investimentos e metas em 5 (cinco) principais macro áreas,

consideradas básicas: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação, sendo as três primeiras prioritárias, correspondendo, somadas, a 93% dos recursos alocados. Neste contexto, é importante salientar a meta de construção de Brasília, que marca a abertura de um processo de interiorização econômica e demográfica do país.

A partir daí o novo padrão de acumulação baseia-se na expansão da produção de bens de capital e bens de consumo durável. O crescimento das indústrias de base foi de praticamente 100% entre 1956-1961, comprovando o quão fundamental fora este período para o processo de industrialização. Além disso, o período de 1956 a 1960 se caracteriza por apresentar razoáveis níveis na taxa de crescimento econômico (PIB), que passou de 2,9% em 1956 para 9,4% em 1960 (VILLELA, *op. cit.*). Trata-se de um período de avanços, em que houve crescimento econômico e manutenção da estabilidade política, entretanto o aumento da inflação fora bastante significativo.

A implantação do PND e seus planos de investimentos na indústria e infraestrutura promovem uma mudança estrutural no país. A etapa pesada de industrialização buscou foco no setor de bens de produção e bens de consumo duráveis.

Além disso, o Plano de Metas impôs novo padrão industrial que estimulava a concentração produtiva paulista: as tecnologias beneficiavam grandes empresas, com possibilidade de gerar economias de escala (PENALVA, 2002). Outras economias também se beneficiaram em paralelo deste período, mas nada comparado à paulista. A consequência disso é a “integração produtiva”, com as outras economias se colocando como complementares a paulista (SILVA, 2004, p. 35).

Os governos subsequentes não puderam resolver os problemas econômicos herdados, e o período de 1962 a 1967 fora marcado pela permanência dos desequilíbrios e o arrefecimento da taxa média anual de crescimento, que decresceu à metade (SILVA, 2004, p.32).

2.2 DIVISÃO “POLÍTICO-ADMINISTRATIVA” FLUMINENSE

Para compreendermos melhor a trajetória do Rio de Janeiro durante a fase de industrialização brasileira é necessário assinalar um importante acontecimento sofrido pela

região: a mudança da capital do país para Brasília, em 1960. A partir de tal movimento, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se, por 15 anos, Estado da Guanabara, o que, de certa maneira, atenuou as perdas sofridas com a transferência da capital ao possibilitar uma maior arrecadação fiscal ao se recolher impostos tanto estaduais quanto municipais (LOUREIRO, 2006).

Este acontecimento é um marco na história do Rio, e diversos autores divergem sobre suas consequências. Silva (2004) coloca que ao longo da década de 1960, o Rio de Janeiro experimentou um dinamismo econômico próximo ao da média nacional, sem ainda sentir as consequências e impactos das mudanças institucionais e produtivas. Porém, em um segundo momento, quando a transferência da capital se intensifica a região sente a redução do gasto público e da massa salarial. Segundo o autor, as atividades terciárias foram as que sofreram maiores impactos, em decorrência da perda de capitalidade. Silva, bem como Osório (2005), está na linha dos autores que entendem que a transferência da capital per si é justificativa para o início da crise econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Natal (2003), por outro lado, afirma que a transferência apenas tornou visível uma crise mais antiga e profunda, iniciada com a crise da cafeicultura e a perda da primazia industrial. Ou seja, a mudança da capital se somaria a uma contínua perda de importância nacional da região, se traduzindo em “mais um componente do esvaziamento econômico”.

Fato é que a perda “político-administrativa” foi bastante significativa, pois se somou nos anos 70 à política de interiorização da economia brasileira, como notaremos a seguir, que priorizava, neste momento, o desenvolvimento e ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste, tal que não coube ao Rio nenhuma compensação pelas perdas sofridas (PENALVA, 2002, p.40). Citando Suzigan (1985), Penalva coloca que “a separação entre núcleo e interior da economia fluminense certamente contribuiu para agravar as perspectivas já ruins desses dois estados”. Uma das razões para tal seria porque os principais motores do crescimento durante o governo JK foram as indústrias de bens de consumo duráveis e de capital, e essas se caracterizavam pela necessidade de unidades produtivas de grande porte. Como a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo não possuíam áreas disponíveis, devido à saturação por atividades manufatureiras, a oportunidade estaria no uso da periferia da Região Metropolitana. Nessa conjuntura, a divisão político-administrativa torna-se um empecilho, haja vista a limitação do território do Estado da Guanabara e a falta de iniciativa do interior fluminense (PENALVA,

2002, p.39). Além disso, houve impacto no setor financeiro e no de relações com o exterior devido à transferência de importantes sedes dos referidos negócios. Só em 1975 os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro iriam superar sua "divisão político-administrativa".

2.3 INÍCIO DA DÉCADA DE 1970

Os anos de 1968-1973 fazem parte da chamada industrialização pesada, que começa em 1956, e ficaram conhecidos por "Milagre Econômico Brasileiro". A denominação está diretamente ligada ao fato de que, por anos seguidos, a taxa de crescimento média da economia ficou próxima dos 11%, resultado positivo, puxado principalmente pelo setor de bens de consumo duráveis. Aliado ao ótimo resultado do PIB, se conseguiu ainda reduzir a inflação e melhorar o saldo do balanço de pagamentos (GIAMBIAGI et al., 2011). Para alcançar tais resultados, o governo militar lançou mão de uma política monetária expansiva, além de enfatizar o componente dos custos e imprimir políticas de incentivo ao crescimento aliadas ao controle da inflação. O movimento expansionista da economia foi acompanhado de forte entrada de capitais no país desde a abertura financeira, o que evitou a redução do saldo do Balanço de Pagamentos. Além disso, aumentaram também as exportações e importações brasileiras. O crescimento industrial alavancou as importações de bens de consumo duráveis. Para que os investimentos em infraestrutura não comprometessem o ajuste fiscal, o período contou com maior participação das empresas estatais nos investimentos públicos (SILVA, 2004).

No contexto do "Milagre Econômico" houve retomada de crescimento da economia carioca, porém estritamente ligada ao resultado positivo do país, e não à alguma medida política da região.

2.3.1 CONTEXTO DOS ANOS 1970

Em meados de 1970, tem início uma crise econômica mundial, devido a uma desregulamentação do sistema monetário internacional, após o fim do acordo de Bretton

Woods³. Este processo culminou na desvalorização do dólar, em 1971, que servia de referência a todas as economias ocidentais desde a década de 40. Dois anos após este primeiro movimento, no fim de 1973, os membros da OPEP – Organização Mundial dos Países Exportadores de Petróleo – aumentaram em quatro vezes o preço do petróleo em um período de poucos meses.

Tais acontecimentos tiveram como consequência no Brasil a elevação dos custos do desenvolvimento industrial e a redução do crescimento do PIB médio anual. Segundo HERMANN (GIAMBIAGI et al., 2011), o período de 1974-84, pós “Milagre”, marca “o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país”. No fim de 1974, em resposta ao primeiro choque do petróleo, o governo do general Geisel lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como II PND. O objetivo do plano era, principalmente, promover mudanças estruturais na economia, além de manter o ciclo expansionista que vinha ocorrendo no Brasil, haja visto que entendia que a substituição de importações e a expansão das exportações eram a forma de minimizar a crise, possibilitando maior controle em situações de crise.

O Brasil detinha alto grau de dependência em relação aos monopólios estrangeiros, e praticamente 80% do petróleo aqui consumido provinha de importações. Uma das vertentes do plano pretendia, portanto, aumentar o investimento em pesquisa na área do petróleo e outras fontes de energia com o objetivo de minimizar a dependência da economia brasileira.

Em relação à dinâmica industrial, há uma importante transformação na década de 1970: o poder público iniciou uma série de planejamentos a fim de gerar uma maior democratização no espaço industrial do país, ou seja, promover uma desconcentração industrial. Uma das medidas ocorridas neste período foi a criação da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Além disso, podemos também destacar como exemplo da mudança estrutural que vinha sendo implantada com o II PND, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO. O mesmo promovia o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país, e possibilitou a expansão da fronteira agrícola. Essa expansão agrícola demonstra, finalmente,

³ O Acordo de **Bretton Woods**, realizado em 1944, constituía um sistema de gerenciamento econômico internacional, estabelecendo regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes.

uma nova tendência da economia nacional: a transferência de capital de bens de consumo duráveis para os bens intermediários, mais intensivos em recursos naturais.

2.3.2 PARTICIPAÇÃO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Segundo Loureiro (2006), a década de 1970 contou com a criação de mais de 3,5 milhões de empregos industriais no país. Não obstante, o surgimento de novas áreas industriais sinalizou que houve uma desconcentração da produção industrial. Como é possível verificar através do trecho abaixo, a situação do Rio de Janeiro é de menor ritmo de crescimento frente as demais regiões do país:

“Assim como em todas as regiões brasileiras, o emprego industrial da metropolitana do Rio também cresceu, mas o fez em ritmo mais lento que as principais metrópoles brasileiras. A região apresentou a menor taxa de crescimento dentre as metrópoles selecionadas, crescendo em média cerca de 6% a.a., abaixo da taxa média anual de crescimento do emprego industrial do país, que alcançou 7,8%” (LOUREIRO, 2006, p. 53).

Como assinalado, a dinâmica da política econômica da época tinha como efeito uma tendência à desconcentração produtiva, com o aumento da participação industrial de novas regiões. A consequência mais direta desta orientação é uma aceleração da queda da participação industrial do Rio de Janeiro. Segundo Loureiro, à exceção do petróleo e outras atividades extrativas, a maioria dos demais gêneros industriais fluminenses perderam participação relativa no VTI⁴ nacional neste período. O Rio não acompanha a evolução da indústria nacional.

2.3.3 “ESVAZIAMENTO” FLUMINENSE

“Em 1970, a fatia da economia fluminense na indústria brasileira era de menos de 16% e a da economia paulista alcançou 58%. Entre 1930 e 1970, apenas São Paulo elevava sua participação no PIB industrial brasileiro em detrimento dos demais estados da Federação, mais particularmente em detrimento da participação da indústria fluminense. A indústria paulista tornava-se o centro dinâmico da indústria brasileira, e as dos outros estados tornavam-nos zonas de complementaridade da paulista (1975)” (PENALVA, 2002, p. 37).

⁴ VTI: Valor da Transformação Industrial - Corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo com as operações industriais.

Alcançando em 1970 sua maior participação na indústria brasileira, São Paulo confirma a configuração de uma nova divisão nacional do trabalho: as demais indústrias estaduais tornavam-se complementares à paulista.

De acordo com Loureiro, acompanhando o baixo dinamismo econômico, e em consequência do mesmo, também é possível observar que a região metropolitana do Rio de Janeiro tem apresentado baixo dinamismo demográfico em relação às demais metrópoles brasileiras, principalmente a partir da década de 1970. Isso porque a economia teve reduzida sua capacidade relativa de geração de emprego e renda no cenário metropolitano brasileiro. De acordo com a autora, dentre os principais setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviços), o setor industrial foi o que mais apresentou redução em termos relativos, próxima de 50%. Como dito, a explicação para este fenômeno foi o crescimento da indústria paulista e o desenvolvimento industrial de outras metrópoles brasileiras, de segundo nível, atrelado aos investimentos do II PND (LOUREIRO, 2006, p.52).

Através da evolução da distribuição do produto industrial em alguns dos principais estados brasileiros, mostrada na **Tabela 5**, é possível observar a grande perda relativa sofrida pela economia fluminense, que representava 28% da indústria do país em 1930, passando para um percentual de 15,6 em 1970 – atingindo ainda 11,8 em 1985. Esse resultado é apontado por diversos autores como um processo de “esvaziamento” ou de “decadência” econômica regional. É importante frisar que as taxas de crescimento apresentadas pela economia fluminense ainda eram elevadas, embora inferior à indústria nacional.

Tabela 5. Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em estados selecionados (%):

Estados	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1985
PE	5,0	5,3	4,5	2,6	2,1	2,1	2,0
BA	-	1,3	1,3	1,7	2,5	4,0	5,2
MG	7,5	7,9	6,5	5,7	6,4	8,9	8,7
RJ	28,0	25,0	20,3	17,5	15,6	11,8	11,8
SP	35,0	39,4	48,9	55,5	58,1	47,0	44,0
PR	-	2,4	2,8	3,2	3,0	4,9	5,2
SC	-	2,2	2,4	2,2	2,6	4,0	3,6
RS	8,0	9,6	7,9	6,9	6,3	7,3	6,9

Fonte: IBGE *apud* Penalva 2002

Observando o comportamento por segmento da economia, como mostra a **Tabela 6**, percebe-se que a participação fluminense no PIB nacional declinou em todos, sendo a queda mais profunda na indústria – de 27% em 1939 para 15% em 1970.

Tabela 6. Participação do ERJ no PIB por segmento – 1939/1980 (%):

Setores/Ano	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Agropecuária	6,0	6,0	5,0	2,0	2,0	2,0
Indústria	27,0	19,0	15,0	15,0	13,0	11,9
Serviços	28,0	27,0	24,0	21,0	20,0	18,2
Total	21,0	20,0	18,0	16,0	15,0	13,2

Fonte: FGV 1972 *apud* Silva 2009

O Plano de Metas do governo JK trouxe para São Paulo o crescimento do setor de bens de capital e bens de consumo durável, que tiveram sua participação aumentada de 10,8% para 24,8%. O Estado do Rio e a Guanabara juntos tiveram um aumento pouco expressivo se compararmos ao paulista, que mais do que duplicou. No Estado do Rio, a produção de bens de capital e bens de consumo durável, passa de 8% para 9,5%, enquanto na Guanabara a participação relativa na produção de bens de capital eleva-se de 7,0% para 8,5.

Com o cenário descrito na **Seção 2.2.2**, a década de 1970 marca um importante momento de mudança estrutural na história do Rio de Janeiro. É neste período que o Brasil inicia um movimento de desconcentração, ao que muitos autores chamam de "desindustrialização relativa"⁵. A ampliação e desenvolvimento de alguns setores em outras regiões periféricas do país, como mencionado, fez reduzir a participação relativa do Rio de Janeiro no PIB. O único setor que não teve sua participação reduzida foi o de Material de Transportes. A pior queda ocorreu no setor de bens intermediários (SILVA, 2009, p. 30). Isso não significa, porém, que as indústrias deixaram de crescer: de maneira geral, elas até apresentaram certo crescimento. A região metropolitana do Rio, por exemplo, viu crescer suas taxas de emprego industrial. Entretanto, o crescimento se deu abaixo da média nacional. De acordo com Silva, apenas alguns ramos dos três setores econômicos realmente observaram perdas absolutas (SILVA, *op. cit.*, p. 11).

⁵Por "desindustrialização" entende-se "um processo de longo prazo marcado pela redução da produção e/ou do emprego industrial".

Como mencionado, podemos observar na **Tabela 7**, abaixo, que na década de 1970 a participação relativa do Rio de Janeiro sofreu redução nos três setores da indústria. No setor de bens de capital e consumo duráveis, por exemplo, a participação, que era maior do que a do demais estados, excetuando Rio de Janeiro e São Paulo, cai para quase à terça parte dos outros estados, em 1980. É possível observar também o aumento do setor de bens intermediários nos outros estados do país e sua forte queda relativa no Rio de Janeiro.

Tabela 7. Participação regional no VTI da indústria (%):

Setores	Setor I		Setor II		Setor III	
Estados	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Rio de Janeiro	15,8	10,5	16,0	9,6	12,9	9,7
São Paulo	51,7	41,6	52,7	48,4	75,6	61,2
Outros Estados	32,5	47,9	31,3	41,6	11,5	29,1

Legenda: Setor I – Bens não duráveis

Setor II – Bens Intermediários

Setor III – Bens de capital e bens de consumo duráveis

Fonte: IBGE *apud* Silva 2004

A produção metropolitana de São Paulo rumo ao interior paulista, na direção de Minas Gerais e do Paraná. Apesar da fronteira com SP, o Rio não recebe parte da produção. O que se vê é a industrialização de outras áreas consideradas “periféricas” como, por exemplo, o Norte (Pará e Maranhão), com a evolução do Pólo Eletrônico de Manaus e o Complexo Mineiro-Metalúrgico e o Nordeste, com o Pólo Petroquímico da Bahia, entre outros. Diferentemente do que ocorrera em outros estados, não há criação de economias de aglomeração nas principais cidades médias do ERJ – Estado do Rio de Janeiro, portanto sua produção não se interioriza. Desta maneira, as perdas do Rio dizem respeito, principalmente, a sua base frágil de recursos naturais, à crise de vários de seus setores industriais e ainda à fragilidade do capital industrial frente ao comercial. Este último fator faz com que não exista de maneira consolidada uma política industrial ativa em prol da região como um todo (LOUREIRO, 2006).

A **Tabela 8** comprova o aumento da participação de algumas áreas periféricas no PIB brasileiro. O contraponto deste movimento é, principalmente, a redução do peso da região Sudeste.

Tabela 8. Distribuição Regional da Área Geográfica e do PIB 1970-1990 (%):

Brasil/Regiões/Estados	Área	PIB		
		1970	1985	1990
Rondonia	2,8	0,1	0,5	1,0
Acre	1,8	0,1	0,2	0,2
Amazonas	18,4	0,7	1,4	1,7
Roraima	2,7	-	0,1	0,1
Pará	14,5	1,2	1,9	2,3
Amapá	1,6	0,1	0,1	0,2
Norte	41,8	2,2	4,2	5,5
Maranhão	3,8	0,9	1,1	1,2
Piauí	3,0	0,4	0,4	0,5
Ceará	1,8	1,5	1,7	1,8
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	0,9	1,2
Paraíba	0,7	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	1,2	3,0	2,4	2,3
Alagoas	0,3	0,7	0,7	0,8
Sergipe	0,5	0,5	0,7	1,2
Bahia	6,6	3,8	5,2	6,1
Nordeste	18,5	12,1	13,8	15,8
Minas Gerais	6,9	8,3	9,9	10,0
Espírito Santo	0,5	1,2	1,7	1,9
Rio de Janeiro	0,5	16,1	12,4	11,4
São Paulo	2,9	39,4	35,4	32,8
Sudeste	10,8	65,0	59,4	56,1
Paraná	2,4	5,5	6,1	6,3
Santa Catarina	1,1	2,8	3,3	3,1
Rio Grande do Sul	3,2	8,7	7,7	7,3
Sul	6,7	17,0	17,1	16,7
Mato Grosso do Sul	4,2	-	1,0	0,9
Mato Grosso	10,4	-	0,8	1,0
Goiás ²	7,6	-	2,1	2,3
Distrito Federal	-	1,0	1,6	1,7
Centro - Oeste	22,2	3,7	5,5	5,9
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: Os dados para o Estado de Goiás incluem aos resultados de Tocantins

Fonte: FIBGE *apud* Diniz 1995

É importante salientar que mesmo com uma maior dispersão industrial no território nacional esta se deu ainda de forma concentrada. Segundo Diniz (1993), questões como a concentração de renda, a presença de mão de obra qualificada, a infraestrutura, a rede urbana consolidada e a base industrial impediram que a dispersão fosse maior. Com a “desconcentração concentrada” o crescimento permanecia nas áreas com maiores bases econômicas, principalmente eixo Belo Horizonte – Porto Alegre (LOUREIRO, 2006, p.55).

O processo de desconcentração desencadeou a passagem da integração comercial para um sistema de maior integração produtiva no país, com maior complementaridade inter-regional das indústrias. Diniz afirma que o processo de unificação do mercado é que criou condições para esta mudança (DINIZ, 1991).

2.3.4 CAUSAS DA MUDANÇA ESTRUTURAL

Como discutimos, o II Plano Nacional de Desenvolvimento teve importante papel na perda de dinamismo do RJ. Um dos fatores que contribuiu para a desconcentração industrial foi o perfil de muitos dos investimentos decorrentes do plano. De acordo com DINIZ (1995), as ações implementadas em função das metas culminaram em um grande volume de investimentos industriais das empresas estatais, controladas pelo governo federal (aço, petróleo, fosfato, potássio, papel, petroquímica, carvão, mineração, titânio, cobre, cloro química, entre outros). O autor afirma que questões técnicas e políticas definiram a localização dos investimentos, que foram realizados, em sua maioria, fora do estado de São Paulo, e distribuídos por vários estados e regiões brasileiras, favorecendo principalmente as regiões norte, nordeste e centro-oeste, como explicitado na **Seção 2.2**. Isto se deu em cumprimento a nova orientação da política nacional, de reestruturação política e produtiva. Além disso, políticas de apoio às exportações favoreceram a agricultura e a mineração, setores de recursos naturais ainda bastante representativos no crescimento industrial. Ou seja, em certa medida as políticas de desconcentração brasileiras contribuíram para a “desindustrialização” do Estado do Rio.

Todavia, haja vista o período de implantação das ações do II PND, iniciadas no início do século passado, não se pode associar o movimento de “desindustrialização” apenas a este fator. Portanto, além da diretriz nacional de mudança, o mau desempenho fluminense também está ligado a diversos outros fatores. Na interpretação de Silva, são estes, em resumo, “o perfil produtivo consolidado, a fragilidade dos encadeamentos setoriais, a debilidade econômica do interior regional e, por fim, a transferência da capital federal”, alguns aqui já aludidos (SILVA, 2009, p.135).

Alguns outros fatores associados à causa deste processo são, por exemplo, o impacto das políticas econômicas do estado – investimento direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura –, mudanças no padrão de investimento, a diferença na disponibilidade de recursos naturais e a expansão das fronteiras agrícola e mineral, bem como criação de economias de aglomeração em outros centros urbanos.

2.3.4.1 TENTATIVAS DE RESTAURAÇÃO DO CRESCIMENTO DO RJ E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE OUTRAS ÁREAS DO PAÍS

Como tentativa de restaurar o crescimento do estado e sua participação nacional, tentou-se implantar alguns “complexos industriais” no Rio. Dentre eles podemos citar iniciativas no setor de construção naval e ainda nos setores de metalurgia e siderurgia. Quanto à indústria naval, apesar dos avanços alcançados, a mesma limitou-se a servir o mercado interno, de forma que não adequou-se em termos competitivos para se externalizar. A crise trouxe queda das receitas e subsídios, além de queda da demanda que provinha, sobretudo, das estatais. Em relação aos setores de siderurgia e metalurgia, estes tiveram dificuldades com o financiamento de sua expansão/aumento de produtividade, devido à contenção de preços praticada pelas estatais, tal que a crise foi novamente um limitante do investimento público. Investimentos ainda decorrentes do II PND chegaram para novos setores de ponta, como o de energia atômica, porém o contexto de crise internacional exigiu maior controle e rigidez com os investimentos, aprofundando a estagnação fluminense. Em resumo, os principais investimentos do II PND não se voltaram para o Rio e aqueles que alocaram na região não sobreviveram à crise.

Alguns autores, como Lessa (2000) e Silva (2009), entendem que uma trajetória possível para a retomada de crescimento fluminense teria sido o desenvolvimento dos setores nuclear e de automação. Dentro do plano de investimentos industriais do II PND para o estado do Rio de Janeiro estava a modernização de sua estrutura produtiva, com foco em setores de ponta, com alta densidade tecnológica e de capital. Dentre os investimentos planejados estavam, por exemplo, a instalação da Nuclebrás, da Companhia Brasileira de Computadores (COBRA) e o fortalecimento da Fundação Oswaldo Cruz. Além disso, algumas atividades “tradicionais” seriam reforçadas. Apesar do programado, apenas a consolidação da atividade petrolífera na Bacia de Campos teve resultados próximos aos esperados. Segundo Lessa, o programa nuclear brasileiro ficou mais conhecido pelos seus equívocos do que pelos seus êxitos (LESSA, 2000, p. 349).

Tratava-se de novos setores, em que não se tinha muita experiência. Isso aliado às dificuldades com os investimentos, portanto, não permitiu que este fosse, na época, o caminho para a recuperação fluminense.

2.3.5 O DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS

Notadamente, o Rio sempre concentrou grande parte dos serviços nacionais, até mesmo devido a sua condição de capital administrativa do país. Como já citado, este fato permitiu desenvolvermos para além do resto da nação setores como, por exemplo, o comércio, financeiro e de administração. Até 1960, o Estado ainda ocupava o papel de centro dinâmico nacional no que diz respeito aos serviços, em oposição ao ponto de vista político-administrativo e logístico-comercial, que vinha assistindo sua participação reduzir desde décadas anteriores e, sobretudo, a partir da transferência da capital para Brasília. Como já era esperado, a movimentação da capital, bem como a maior polarização das indústrias e desenvolvimento de outras regiões brasileiras entre 1939 e 1980 fez reduzir a renda do setor terciário de 28% para 18%, segundo Silva, como podemos observar através da **Tabela 9**. O setor ainda apresentou taxas médias de crescimento no Rio abaixo das nacionais.

Tabela 9. Participação do ERJ na Renda Terciária Nacional por Ramos Selecionados (%):

Setores/Ano	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Total dos Serviços	0,28	0,27	0,24	0,21	0,2	0,18
Comércio Interno	0,26	0,21	0,16	0,15	0,16	0,13
Transp. e Comun.	0,27	0,27	0,27	0,19	0,17	0,14
Inter. Financeira	0,38	0,28	0,26	0,25	0,26	0,23
Adm. Pública	0,35	0,42	0,37	0,27	0,24	0,21

Fonte: IBGE (Contas Nacionais) *apud* Silva 2004

Apesar da redução relativa de grande parte dos serviços houve crescimento de alguns segmentos, em particular o de serviços pessoais.

2.4 CONTEXTO DA CRISE DOS ANOS 80 E A ESTAGNAÇÃO FLUMINENSE

Após o “Milagre Econômico” dos anos 1970 e o II PND, a década de 1980 é conhecida como “Década Perdida”. Isto porque o crescimento médio da economia brasileira neste período ficou próximo aos 2,2%, bastante abaixo da média dos 7% verificada nos anos 70. Mesmo importantes investimentos como a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional e a REDUC não foram capazes de resistir ao segundo choque do petróleo, nos anos 1979. A crise leva à redução da renda e do emprego, acarretando a queda da demanda por bens tradicionais.

Este fora um momento marcado por grande instabilidade macroeconômica: os desajustes causavam aumentos incontrolláveis na taxa de inflação, prejudicando o crescimento econômico, muito em decorrência do processo de endividamento dos anos 70. Ao mesmo tempo, houve um aumento do déficit público, em consequência da elevação das taxas internacionais de juros, que provocaram o crescimento da dívida interna.

Apesar de conseguir alcançar alguns de seus objetivos secundários, as prioridades do II Plano Nacional de Desenvolvimento ficaram aquém do almejado, sobretudo após o segundo choque do petróleo. Portanto, além de não alcançar as transformações estruturais almejadas, a herança do plano fora um forte endividamento externo, aliado à pressão inflacionária crescente (GIAMBIAGI et al., 2001).

A crise dos anos 80 limitou o poder de intervenção do Governo Federal, desacelerando o processo de desconcentração nacional e o desenvolvimento social e econômico. Isso porque as crises fiscal e financeira impediram que o estado desse continuidade a suas políticas. De maneira geral, o Brasil viu reduzir a participação de sua economia em diversos setores produtivos.

2.4.1 EFEITOS DA CRISE NO ERJ

Como foi dito, a crise dos anos 1980 foi sentida pela economia de grande parte dos estados brasileiros. No Rio, a fase que se iniciou nesta década ficou conhecida como o “Rio de Todas as Crises”, isto porque a mesma abrangeu diferentes segmentos do Estado: econômico, social e político-institucional (NATAL 2004, apud DAIN 1990). Natal descreve

bem o cenário vivido pelos cariocas neste período, afirmando que a crise chegara de surpresa, distanciando o sentimento de identidade nacional e baixando a auto-estima de uma cidade que conhecia a glória de ser a capital da nação. Foi um processo marcado pela decadência e falta de competitividade da indústria fluminense, agravada pela redução dos gastos públicos federais no Estado e ainda o agravamento dos conflitos de natureza federativa (NATAL, 2004, p. 72).

É importante ressaltarmos que o cenário descrito reflete nada mais do que as mudanças estruturais sofridas na década de 1970 no Estado, e, portanto, ele é resultado das mesmas. Os fatores já levantados, como a transferência da capital e ainda aqueles que impediram a ascensão do Rio como potência industrial, levaram a primazia industrial paulista, estão diretamente relacionados às questões que emergiram através da crise. Neste momento de crise interna e externa é que o Rio se dá conta de sua dependência em relação ao capital federal, tanto em relação a transferências como a salários.

A análise da evolução da participação relativa dos diversos Estados no PIB do país nos mostra que o Estado do Rio de Janeiro apresenta quedas bastante significativas em relação aos demais. No estado fluminense, alguns setores econômicos, como o de produção de papel e o de material de transporte, chegam a apresentar taxas de crescimento negativas. Portanto, nossa compreensão é a de que a crise dos anos 1980 fora mais percebida/sentida no Rio. A **Tabela 10** mostra percentualmente a participação relativa de alguns estados selecionados no PIB brasileiro. Pode-se notar as perdas consecutivas de participação do Rio até os anos 90. Ressaltamos que entre os anos 1960 e 1970 o Estado perde participação, sobretudo para São Paulo, para, posteriormente, os dois terem suas participações reduzidas em função do crescimento da economia de outras regiões do país. Em 1980, acentua-se a importante queda já ocorrida em 1970, origem da crise.

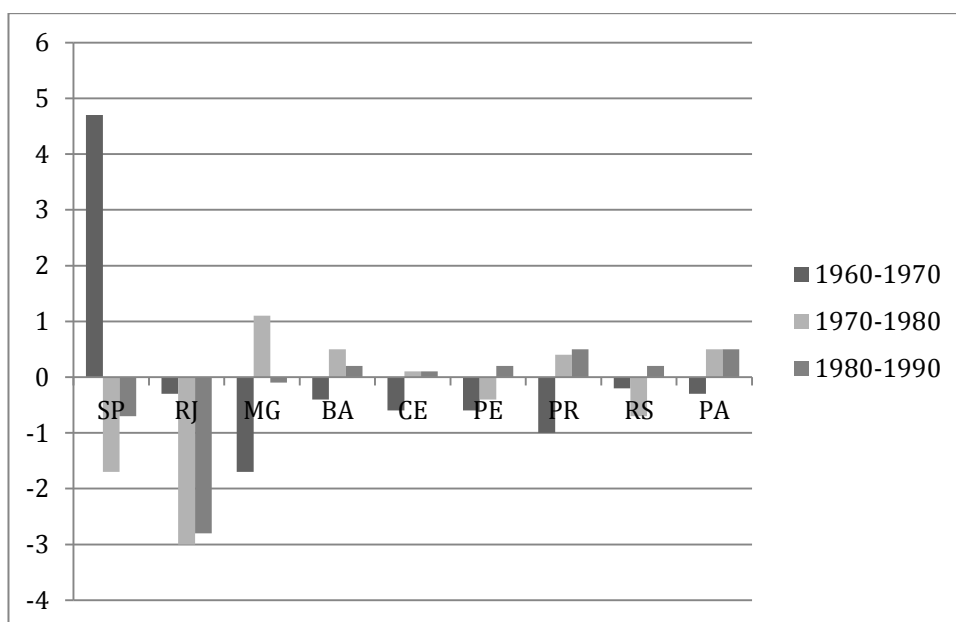
Tabela 10. Participação relativa (%) de estados selecionados no PIB nacional: 1960, 1970, 1980, 1990 e 2002:

	1960	1970	1980	1990	2002
São Paulo	34,7	39,4	37,7	37,0	32,6
Rio de Janeiro	17,0	16,7	13,7	10,9	12,6
Minas Gerais	10,0	8,3	9,4	9,3	9,3
Bahia	4,2	3,8	4,3	4,5	4,6
Ceará	2,0	1,4	1,5	1,6	1,8
Pernambuco	3,5	2,9	2,5	2,7	2,7
Paraná	6,4	5,4	5,8	6,3	6,1
Rio Grande do Sul	8,8	8,6	7,9	8,1	7,8
Pará	1,4	1,1	1,6	2,1	1,9
Brasil	100	100	100	100	100

Fonte: Loureiro, 2006

Na **Figura 1**, abaixo, vemos representada a evolução (%) da participação dos principais estados no PIB do Brasil. O Rio de Janeiro vem assistindo sua participação reduzir desde a ascensão paulista, entretanto é nítido que seu resultado piorou durante a crise dos anos 1980: enquanto que São Paulo reduz em 0,7% sua participação no PIB entre 1980-1990, o Rio perde 2,8%. Outros estados como Bahia e Ceará ganham, respectivamente, 0,2 e 0,1 %.

Figura 1. Evolução (%) da participação de estados selecionados no PIB brasileiro: 1960 até 1970, 1970 até 1980 e 1980 até 1990.



Fonte: Elaboração própria.

2.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES

O período de 1956 a 1960 se caracteriza por imprimir uma mudança estrutural na economia do país, que intensifica seu esforço de industrialização.

O Plano de Metas impulsiona os investimentos voltados para o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis. Como este setor possui forte inter-relação com os demais setores da economia, promove um aumento da demanda industrial, e, portanto, crescimento da demanda de bens intermediários.

Com a concentração industrial se consolidando em São Paulo, e o setor de bens de consumo duráveis alocado no estado, os bens intermediários também se inserem na região. Sua expansão é realizada, do ponto de vista dos investimentos estatais, na direção onde há disponibilidade de recursos naturais, principalmente Minas Gerais, não provocando grandes benefícios para o Rio de Janeiro.

Além da nova dinâmica econômica do país, complementar a paulista e sem grandes benefícios ao Rio de Janeiro, diversos autores apontam a mudança da capital do país para Brasília como um dos principais fatores que fizeram com que o estado deixasse de estar na dianteira das políticas federais.

Após o início da crise, impulsionado pelo primeiro Choque Internacional do Petróleo, em meados da década de 1970, o Brasil decide definir novas diretrizes para sua política econômica. A partir desse momento o crescimento brasileiro foi substancialmente alavancado pela substituição de importações, de forma a reduzir sua fragilidade aos choques externos. Há uma tendência de novos investimentos para a indústria com foco nos recursos naturais. Podemos citar como exemplos desta tendência a expansão da fronteira agrícola, e a descentralização dos investimentos industriais nas diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Os pontos mencionados levam ao enfraquecimento da relação do Estado do Rio de Janeiro com a economia nacional, uma vez que tais políticas tendem a não beneficiar o Estado.

Dada à orientação de sua produção industrial, concentrada em setores de bens intermediários, o Rio era bastante dependente do nível de atividade interna do país. Como

dito, sua indústria se colocava como complementar à paulista e à nacional. Dessa maneira, a mudança no padrão de crescimento brasileiro interrompeu rapidamente a capacidade expansiva da economia fluminense. A crise levou à redução da renda e do emprego, acarretando na queda da demanda por bens tradicionais.

Através da **Tabela 11** abaixo podemos observar como a participação do estado no PIB do país reduziu-se na década de 1980 em todos os principais segmentos da economia.

Tabela 11. Participação do ERJ na Renda do Brasil por Setores: 1980-90 (%):

Setores/Ano	1980	1985	1990
Agropecuária	2,0	1,4	1,8
Indústria	11,9	11,8	10,5
Serviços	18,2	13,9	15,4
Total	13,2	12,4	12,3

Fonte: IBGE *apud* Silva 2004

CAPÍTULO III – RIO DE JANEIRO: EXPECTATIVAS/ PERSPECTIVAS REGIONAIS DE INVESTIMENTOS E CRESCIMENTO

Após o entendimento do caminho percorrido pela economia do Estado do Rio de Janeiro ao longo de sua história e a compreensão dos impactos decorrentes das mudanças estruturais ocorridas a partir da década de 1960 na região, adentraremos ao terceiro e último capítulo deste trabalho.

O que traremos aqui será apenas um breve resumo das possíveis tendências e perspectivas da economia do Estado a partir dos anos 1990. A importância de delinear estas tendências está no fato de crermos que a profundidade dos acontecimentos anteriormente tratados foi tamanha que suas consequências foram sentidas nos anos seguintes. Trataremos, portanto, da dificuldade em superar as fragilidades e a direção que o Estado parece vir seguindo desde os acontecimentos supracitados – suas perspectivas e participação no cenário nacional.

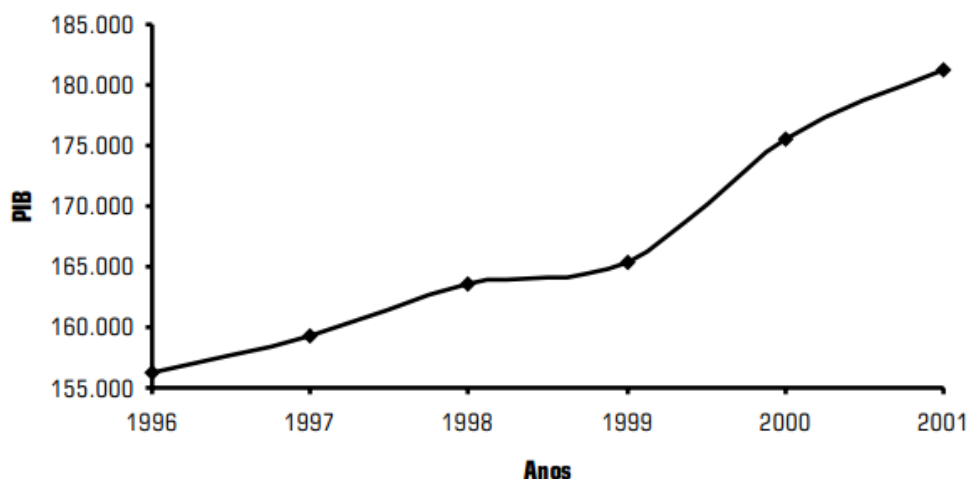
3.1 OS ANOS 1990, A ABERTURA DO MERCADO E A CORRIDA RETOMADA DO CRESCIMENTO

A partir dos anos 1990, identifica-se no Brasil um processo de internacionalização da economia. A abertura econômica do país permitiu a liberalização dos fluxos financeiros. Neste período, adentramos em um diferente estágio de crescimento, voltado para o exterior. O lançamento do Plano Real permite a derrubada da inflação e a valorização cambial, e, posteriormente, provoca o crescimento da economia e do emprego (GIAMBIAGI et al., 2001).

O Rio de Janeiro só inicia um movimento de recuperação, apontando melhores resultados econômicos, em meados dos anos 1995. Neste período, alguns autores, como Urani (2008), apostam em uma tendência de “inflexão econômica” positiva, observando o aumento da participação relativa estadual no PIB do país. Segundo NATAL (2004), não se tratou de uma fase espetacular de crescimento. Todavia, apesar da média inferior a nacional, o PIB do

Rio apresentou crescimento no período de 1995-1999. A **Figura 2**, abaixo, exibe os dados do Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1996 e 2001.

Figura 2. Evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro (1996-2001)



Fonte: Fundação CIDE *apud* Natal 2004

Na política, a ascensão de Marcelo Alencar ao Governo do Estado invoca a solução via mercado para o problema da economia, dando início às privatizações. O Plano Plurianual de Aplicação de Recursos do Governo do Estado de 1996-1999 (PPA) detectou que o problema da crise seria a capacidade de gastos do Estado, e, em decorrência disso, o mesmo passa a atuar com o objetivo de captar recursos e facilitar a instalação de empresas em seu território (NATAL, 2004). De acordo com Penalva, a existência de uma mão de obra com alta qualificação e de serviços especializados seriam os grandes responsáveis por facilitar a atração de grandes empresas para a região (SIMÕES, 2004, p. 73).

Entende-se que uma das principais razões para a mudança de rumo da economia do Rio de Janeiro foram as privatizações que, como mencionado, ocorreram na década de 1990, e permitiram a região angariar recursos necessários para investir em seu desenvolvimento. Como exemplos de importantes empresas que foram privatizadas no período podemos citar a Álcalis, Light e a CEG. Além das privatizações, os royalties do petróleo também foram relevantes como financiadores dos gastos públicos (SILVA, 2004, p.118).

As principais mudanças relativas à economia do Rio de Janeiro durante a década de 1990 dizem respeito ao setor de mineração, que, segundo Penalva (2002), sustenta a economia do estado. O positivo resultado fluminense neste setor, que chegou a corresponder a 70,34% de toda a extração brasileira em 1999, está relacionado à exploração da Bacia de Campos.

Simões (2004) cita ainda a “perspectiva holística” dos novos investimentos, ou seja, os mesmos seriam descentralizados no território, promovendo desenvolvimento com maior integração entre a Região Metropolitana e as áreas mais dinâmicas do interior do Estado. Os dados do período apontam para um aumento do número de empregos industriais nas regiões interioranas, corroborando esta disposição de descentralização. Outro ponto a ser levantado é que o setor industrial busca evitar as deseconomias de aglomeração das áreas metropolitanas. O Rio de Janeiro segue esta tendência internacional de abrigar em sua Região Metropolitana o setor de serviços e descentralizar a indústria para áreas mais afastadas, desde que haja mercado de trabalho e suporte a esta atividade. O trecho abaixo detalha este crescimento de cidades de porte médio do estado:

“O acelerado crescimento da população de cidades de porte médio localizadas fora de regiões metropolitanas é um indicador de que elas passaram a apresentar as vantagens locais que atraem os investimentos industriais (Andrade e Serra, 1998); as principais beneficiárias situam-se nas regiões mais desenvolvidas, o Sudeste e o Sul (Diniz e Santos, 1995). No Estado do Rio de Janeiro, desde 1980, o número de cidades médias praticamente dobrou (...) o que é muito importante, porque representa a possibilidade de que a retomada do crescimento da economia estadual possa torná-lo menos polarizado do que tradicionalmente tem sido” (PENALVA, 2002, p. 45).

Os dados da **Figura 3**, abaixo, mostram, para o período de 2003-2008, que apesar do crescimento de aproximadamente 65% do PIB industrial do Estado, o peso da Sede (região que abriga o município do Rio) chega a diminuir. Ou seja, a representatividade de algumas das demais regiões do estado no PIB industrial cresce significativamente.

Figura 3. PIB Industrial do Estado do Rio de Janeiro por representações regionais (R\$ Milhões a preços constantes de 2008)

Representação Regional (RR)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Participação em 2008 das RR no PIB Industrial do estado do Rio de Janeiro
Baixada I	1.707	1.921	1.614	1.689	1.799	1.747	1,9%
Baixada II	6.511	8.438	11.405	10.328	13.880	13.997	15,3%
Centro Norte	925	1.133	891	910	899	951	1,0%
Leste	7.904	9.444	12.905	16.631	13.429	15.160	16,6%
Noroeste	345	363	740	627	346	312	0,3%
Norte	13.193	14.504	20.895	28.783	24.486	34.408	37,6%
Sede	16.034	17.999	14.532	15.636	14.719	14.275	15,6%
Serrana	1.081	1.086	1.261	1.608	1.714	1.752	1,9%
Sul	7.359	10.026	8.075	8.352	8.478	8.962	9,8%
PIB Industrial do estado do Rio de Janeiro	55.059	64.913	72.318	84.564	79.751	91.566	100,0%

Fonte: Sistema FIRJAN, com dados do IBGE

3.1.1 FRAGILIDADES DA “INFLEXÃO POSITIVA”

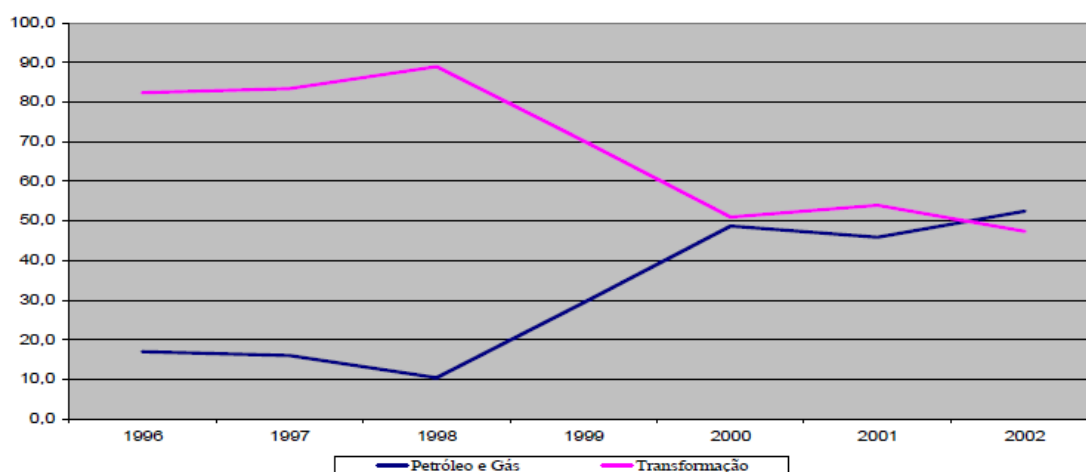
Muitos estudiosos divergem sobre a real tendência da economia do Estado nos últimos vinte (20) anos. Podemos destacar, por exemplo, que apesar dos números apontarem para uma descentralização e, conseqüentemente, maior desenvolvimento industrial nas regiões do interior do estado do Rio de Janeiro, segundo a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais –, o emprego industrial caiu 25,1% entre 1989 e 1999, sendo uma das maiores quedas a da região Sudeste, com 47,6% no Rio de Janeiro e 38,3% em São Paulo (SABÓIA, 2001, p.87). Em sua análise sobre a descentralização industrial no Brasil da década de 1990, Sabóia demonstra que os diversos setores da economia responderam de forma diferenciada às transformações da economia brasileira. A abertura da economia resultou em um aumento da competitividade, fazendo com que a indústria passasse por “um intenso processo de modernização”. De maneira geral, o que se viu foi a perda relativa de importância da Região Sudeste, com aumento significativo de participação no emprego industrial de outras regiões do país, como foi o caso da Região Sul.

Sabe-se que é comprovada a melhora nos indicadores econômicos à época mencionada, evidenciando que há, sim, mudança positiva nos patamares dos indicadores econômicos. Porém, apesar das expectativas otimistas, o crescimento, em geral, não se deu a taxas

elevadas; o mesmo ficou restrito a apenas a algumas regiões do estado. É importante salientar, por exemplo, que a indústria da transformação continuou em seu movimento de perdas relativas, mesmo após investimentos e incentivos ao setor automotivo. A recuperação do Estado fora alavancada amplamente pela indústria extrativa – quase que exclusivamente a extração de petróleo –, o que aponta certa fragilidade, devido ao caráter finito do setor e ainda a dependência em relação à forma como são distribuídos os royalties. Sobral (2008) vai além, citando ainda que este movimento de crescimento, puxado pela indústria petrolífera, estaria na verdade “ocultando um processo de desindustrialização” da região, ou seja, se não fosse este setor estaríamos observando dados que apontariam para a perda do emprego industrial e desaceleração da indústria. As dificuldades em se conseguir alcançar uma ampla e efetiva mudança estrutural positiva para a economia do Rio indicam a proporção e relevância da crise dos anos 1980 para o Estado.

A **Figura 4** corrobora a tese de dependência do Estado do Rio em relação à economia extrativa, mostrando que, entre 1996 e 2001, a participação da extração de petróleo no PIB da indústria fluminense saltou de 17,0% para 52,4%, enquanto a importância relativa da indústria de transformação caiu de 82,4% para 47,3% (SILVA, 2004, p. 116).

Figura 4. Participação da Indústria de Transformação e da Produção de Petróleo no PIB industrial Fluminense – 1996-2002 (%):



Fonte: CIDE 2004 *apud* Silva 2004

3.1.2 VERSÕES DA ECONOMIA FLUMINENSE PÓS-“INFLEXÃO POSITIVA”

Como mencionado, existe certa dificuldade em precisar as reais tendências da economia do Rio de Janeiro. Há uma contradição entre os resultados apresentados pela indústria extrativa e as perdas absolutas e relativas de outros setores na indústria da transformação. Por este motivo, há defensores de uma “inflexão positiva” consolidada, que traria boas expectativas para o Estado, e ainda aqueles que acreditam que os limites de evolução da indústria da transformação impactam na consolidação do processo de inflexão positiva.

Estudiosos da CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – são adeptos da primeira versão, a favor de que há uma consolidação da inflexão. Um estudo realizado pela Companhia aponta para a “reversão do ‘esvaziamento relativo’”. Para corroborar esta teoria, o estudo busca desmistificar algumas características apontadas em relação ao Estado do Rio de Janeiro. Primeiramente, afirmam que a região não é dependente da indústria petrolífera – de acordo com os técnicos da CODIN, o VTI do Rio (Valor da Transformação Industrial) cresceu a uma taxa de 8,7% entre 1999 e 2005, acima da nacional, que cresceu 7,55%, excetuando o resultado da indústria do petróleo. Além da questão da indústria extrativa, esta versão para o período pós 1996 aponta que a indústria da transformação fluminense não estaria se desfazendo, tanto que existiriam investimentos programados para ela. Junto à outras argumentações, estes teóricos levantam a importância da mudança, em 1998, da política industrial do estado como motor da retomada do aumento de participação relativa da indústria da transformação do Rio, conforme trecho abaixo:

“A continuidade desse trabalho tem sido possibilitada pela estabilidade no marco regulatório das políticas de atração de investimentos e pela continuidade da política industrial implementada no estado (...). A política de atração de investimentos persiste. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro - SEDE, através da (...) CODIN, acompanha a evolução dos incentivos às cadeias industriais por parte dos demais estados da federação a fim de manter a competitividade da indústria regional frente à média brasileira” (CODIN, 2006, p. 14).

Os estudiosos que se contrapõem a esta versão de recuperação do dinamismo econômico, como Silva, Mauro Osório, entre outros – e opinião da qual compartilho – apontam, principalmente, para as características estruturais negativas apresentadas pela indústria da transformação do Estado. Eles afirmam a dependência do Rio em relação ao setor petrolífero, que cada vez mais ganha participação no VTI da região e não tem conseguido

propagar para outros setores industriais o seu crescimento. Ademais, apresentam dados para contrastar o crescimento do emprego industrial no Rio, que seria de 2,6% entre 1995-2009, enquanto que o brasileiro correspondeu a 50,3% no mesmo período, mostrando que a evolução do Estado está acontecendo a um ritmo mais lento e abaixo da média do resto do país.

Para entendermos esta questão da divergência dos dados, devemos salientar que houve uma mudança na metodologia de apuração dos mesmos, sendo esta um fator importante deste debate: pelas Contas Regionais (2004) os resultados obtidos para a participação fluminense no PIB do país eram maiores que os apontados pelo novo método de cálculo. Desta maneira, o que se coloca como “inflexão positiva” “não indica necessariamente grande variação da magnitude da riqueza estadual”, como é possível observar na **Tabela 12**, que compara a evolução do PIB no estado do Rio com outras regiões do país. De acordo com Silva, a relativa estabilização da participação fluminense é decorrente da expansão de outras regiões brasileiras no período 2002-2006, como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste (SILVA, 2009).

Tabela 12. Evolução do PIB por Região e Estado – 2002-2006 (2002 = 100):

Estado/Região	2002	2003	2004	2005	2006
NORTE	100,0	106,0	115,0	122,7	128,6
Rondônia	100,0	105,6	115,6	120,8	125,1
Acre	100,0	103,9	111,8	120,0	126,5
Amazonas	100,0	104,6	115,4	127,4	130,8
Roraima	100,0	103,4	109,1	113,9	121,1
Pará	100,0	106,4	114,1	118,9	127,4
Amapá	100,0	107,9	116,5	123,9	131,0
Tocantins	100,0	110,5	119,5	128,4	132,4
NORDESTE	100,0	101,9	108,5	113,5	118,9
Maranhão	100,0	104,4	113,8	122,1	128,2
Piauí	100,0	105,4	112,0	117,1	124,2
Ceará	100,0	101,5	106,7	109,7	118,5
Rio G. do Norte	100,0	101,5	105,0	109,2	114,4
Paraíba	100,0	105,3	108,2	112,5	120,1
Pernambuco	100,0	99,4	103,4	107,8	113,3
Alagoas	100,0	99,4	103,9	108,9	113,7
Sergipe	100,0	102,7	109,5	115,7	120,4
Bahia	100,0	102,2	112,0	117,4	120,6
SUDESTE	100,0	99,8	105,3	109,0	113,4
Minas Gerais	100,0	101,4	107,3	111,6	116,0
Espírito Santo	100,0	101,4	107,1	111,6	120,2
Rio de Janeiro	100,0	98,9	102,1	105,1	109,3
São Paulo	100,0	99,6	105,7	109,4	113,8
SUL	100,0	102,5	107,5	106,7	110,1
Paraná	100,0	104,5	109,7	109,7	111,9
Santa Catarina	100,0	101,1	108,7	110,4	113,2
Rio Grande do Sul	100,0	101,7	105,0	102,1	106,9
CENTRO-OESTE	100,0	103,5	110,0	115,1	118,4
Mato Grosso do Sul	100,0	107,6	106,2	109,7	115,4
Mato Grosso	100,0	104,2	121,0	127,3	121,5
Goiás	100,0	104,2	109,7	114,3	117,8
Distrito Federal	100,0	101,5	106,6	112,1	118,2
BRASIL	100,0	101,2	106,9	110,3	114,7

Fonte: IBGE (Contas Nacionais, 2006) *apud* Silva 2009

3.2 NOVOS INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS DA REGIÃO FLUMINENSE – HISTÓRIA RECENTE

Nos últimos anos, a região fluminense tem sido alvo de vultosos investimentos. Estes tem se concentrado em sua maioria na indústria, principalmente em setores produtores de bens intermediários e de capital, e ainda alguns de bens de consumo durável. Os novos investimentos observados se diferenciam daqueles presentes durante o período de industrialização brasileira, na medida em que estes possuem maior presença de capital privado e estrangeiro, em contrapartida aos capitais estatais da época supracitada. Isto se deve, sobretudo, às novas orientações da política industrial adotada pelo governo do estado e ainda, é claro, à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

O biênio 2008-2010 contou com investimentos da ordem de R\$ 100 bilhões, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Destes, 37,0% coube à Petrobras, 27,0% à indústria de transformação e outros 27,0% a setores de infraestrutura. Na indústria da transformação, podemos citar, por exemplo, investimentos ligados à Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e unidades de montagem automobilística. O setor petroquímico também foi alavancado, e dentre seus principais empreendimentos podemos citar o Pólo Gásquímico, em Duque e Caxias, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí.

No triênio 2011-2013, um estudo também da FIRJAN afirma que o investimento no Estado foi da ordem de R\$ 180 bilhões, entre investimentos públicos e privados. Houve aumento dos investimentos programados para a indústria da transformação (R\$ 29,5 bilhões), com destaque para a naval, e, é claro, o setor de Petróleo e Gás recebeu mais da metade deste valor, cerca de R\$ 108 bilhões. Além da Copa e Olimpíada, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (R\$ 9,1 bilhões), a Usina termonuclear Angra 3 (R\$ 8 bilhões), a Usina Termelétrica Porto do Açu Energia S.A. (R\$ 5,1 bilhões), o Estaleiro da Marinha do Brasil / Prosub (R\$ 3,8 bilhões), o Estaleiro OSX (R\$ 2,3 bilhões), e a Siderúrgica Gerdau – Consigua (R\$ 2 bilhões) estão entre os principais investimentos.

Além disso, segundo o Ministério dos Esportes, em reportagem da Folha de São Paulo, serão gerados 120 mil empregos por ano no país até a realização dos Jogos Olímpicos, apenas

em decorrência dos mesmos. É importante mencionarmos também o Pólo de pesquisa e tecnologia sendo montado no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão – que já conta com o COPPE, o CENPES e o centro de pesquisa da Schlumberger, e sediará ainda centros de pesquisa de outras importantes empresas. A ordem dos investimentos nos centros tecnológicos já ultrapassa os R\$ 10 bilhões, mostrando que a cidade caminha para se tornar um pólo de referência na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos ainda importantes investimentos em infraestrutura e logística não finalizados, como a construção do Arco Metropolitano, que irá baratear o custo do transporte para o Porto de Itaguaí. De grande relevância para o crescimento da região Norte-Fluminense, o Complexo Portuário do Açu prevê poder receber 40 navios simultaneamente. Tais investimentos e muitos outros, se e quando finalizados, prometem reduzir as fragilidades do Rio e se utilizar de sua localização privilegiada, importantes para evolução de nossa participação nacional enquanto centro logístico (FIRJAN, Decisão Rio 2012-2014, p.11).

É possível perceber que há um movimento de desconcentração destes investimentos para o interior – a maioria encontra-se fora da cidade do Rio. De acordo com o estudo “Decisão Rio”, do Sistema FIRJAN, há cinco anos a capital respondia por 20,4% do total de investimentos previstos para o estado e atualmente, mesmo com os vultosos investimentos associados aos jogos esportivos, a participação da capital é de 11,7%. Em trecho, abaixo, do estudo, focado nos anos de 2011-2013, podemos ter ideia da participação de cada região:

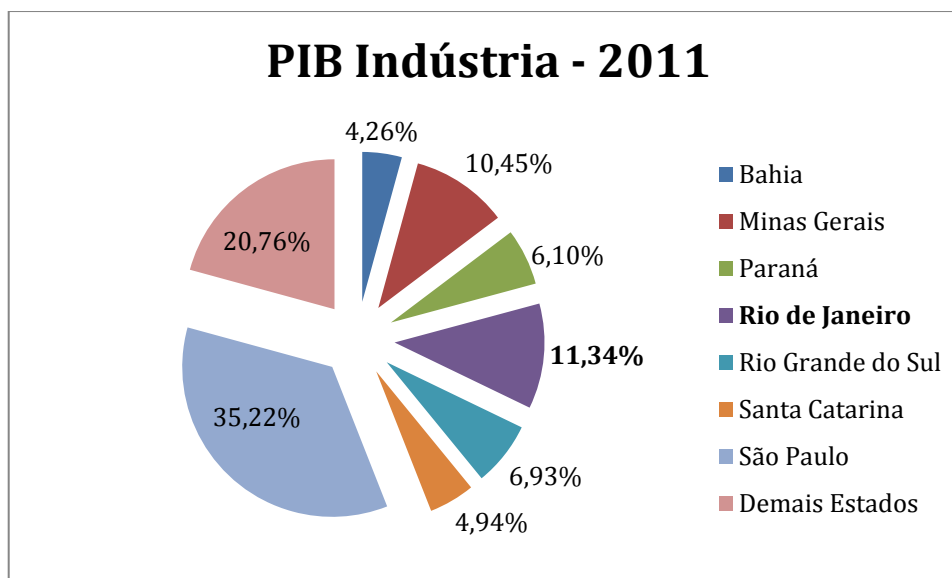
“O Norte Fluminense receberá 7,7% desses investimentos em função da infraestrutura logística, siderurgia, energia e indústria naval. A região Leste, que responde por 7,3% do total, tem como setores mais importantes as indústrias petroquímica e naval. O Sul Fluminense receberá 6,3% dos investimentos, com destaque para energia e indústria naval. A Baixada Fluminense responde por 6% do previsto em investimentos ligados aos setores naval, petroquímico, e de transporte/logística. A região Serrana terá 0,7% dos investimentos, enquanto as regiões Noroeste e Centro-Norte receberão 0,3% cada uma” (FIRJAN).

Além disso, o fato de grande parte dos setores que se destacam serem àqueles cuja estrutura produtiva se baseia em recursos naturais mostra uma tendência em acompanhar as “políticas de cunho liberal” adotadas também pela economia brasileira, como afirma Silva ao citar Carneiro (2008).

Apesar dos investimentos mencionados, e tentativas de recuperação e crescimento de alguns setores específicos, pode-se verificar na Figura 5, abaixo, que a participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB na indústria do país vem decaindo ao longo dos anos. O Rio já se

encontra atrás, por exemplo, do Rio Grande do Sul, e São Paulo ultrapassa quase que em 6 (seis) vezes a participação do fluminense.

Figura 5. Participação dos estados no PIB da Indústria – 2011 (%):



Fonte: IBGE – Elaboração Própria

Alguns dos investimentos não atingiram ainda o grau necessário de maturação ou não estão concluídos, de forma a impossibilitar uma avaliação mais precisa e seus impactos. Alguns importantes investimentos em infraestrutura, por exemplo, que tem impacto direto sobre a logística do estado e, conseqüentemente, redução de custos de transporte e maior competitividade das indústrias, estão ainda inacabados. O efeito positivo de encadeamento dos investimentos sobre os outros setores da economia do Rio ainda não está concretamente definido.

3.3 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A economia brasileira iniciou sua recuperação a partir da década de 1990, impulsionada por fatores como sua abertura comercial, o Plano Real, dentre outros. O fato de Estado do Rio de Janeiro levar um pouco mais de tempo para adentrar ao mesmo movimento de recuperação do resto do país leva a crer que a crise de 1980 teve ali um impacto diferenciado.

É difícil tratar esta questão de forma quantitativa, uma vez que as diversas regiões do país tiveram importantes perdas e maus resultados à época. Ainda assim podemos entender que a percepção da população do Rio fora diferente. Natal coloca que “os cariocas, entendiam o Rio de Janeiro como uma espécie de sociedade terminal, sem qualquer possibilidade de algum devir que lhe permitisse, senão o resgate das glórias do tempo de capital, pelo menos algum futuro que não fosse o do estiolamento social, e o da crescente perda de auto-estima e do anterior sentimento de identidade nacional” (Natal, 2004, p. 72).

Em meados dos anos 1990, a região fluminense, seguindo os passos do resto do país, começou uma intensa política de captação de recursos, que pudessem ser utilizados em seu próprio investimento. Fato é que, mesmo com um pouco mais de morosidade, o Rio foi também conseguindo se recuperar, voltando a apresentar aumento do PIB. Todavia, este movimento fora acompanhado por uma descentralização da indústria, haja vista a tendência da mesma em fugir das deseconomias de escala dos grandes centros urbanos, desta forma trazendo desenvolvimento não só para a cidade do Rio como também para o seu entorno. Além disso, soma-se o fato de outras regiões do país também ganharem espaço na nova lógica econômica, como o Nordeste e o Centro Oeste. No caso deste último, por exemplo, a ampliação da fronteira agrícola foi um importante impulsionador de seu crescimento.

O Rio de Janeiro vivencia diversas melhoras, porém as mesmas refletem as mudanças estruturais das décadas de 1970 e 1980, de forma tal que o Estado não é mais referência para o país.

CONCLUSÃO

Antes ainda da independência do país a cidade do Rio de Janeiro assumiu relevante posição no cenário nacional. Uma das mais populosas da nação, sua localização com facilidades portuárias contribuiu para seu desenvolvimento comercial e financeiro, importantes para a acumulação de capital. Tais fatores, associados aos benefícios de sua centralidade administrativa, com órgãos de governo, massivo investimento público e altos salários, colaboraram para a consolidação do dinamismo econômico da cidade.

Não obstante este panorama promissor, “seu crescimento acelerado não contou com adequado desenvolvimento urbano e o investimento produtivo, por sua vez, também não acompanhou as necessidades então colocadas em termos de emprego”, de forma que sua ascensão anterior não fora suficiente para a manutenção de sua centralidade (LOUREIRO, 2006, p.67).

Depois de ter sua centralidade econômica no âmbito nacional consolidada pela economia cafeeira, o Rio de Janeiro perdeu espaço para a economia de São Paulo ainda neste setor. O processo de industrialização do país, impulsionado em grande medida pelo capital do café, veio consolidar a primazia paulista, que logrou de melhores condições para se fortalecer. Como exemplo destas condições favoráveis, pode-se citar seu contingente de mão de obra imigrante, o mercado consumidor consolidado, a acumulação de capital devido ao bom momento do setor cafeeiro na região, que possibilitou a formação de um complexo cafeeiro, perfil mais tecnológico, dentre outros. Tais circunstâncias contribuíram para que a participação relativa paulista no PIB nacional ultrapassasse em larga escala a fluminense.

A transferência da capital administrativa do país para Brasília, em 1960, inicia um movimento de perdas em série para o Estado do Rio de Janeiro. Neste caso, os efeitos não se deram de imediato, até mesmo por conta da “promoção” da cidade à Estado da Guanabara. Porém, apesar das dificuldades em se mensurar as reais perdas a partir desta transferência, grande parte dos autores incorre em certa medida a este fato para corroborar sua explicação para a perda de dinamismo econômico da região. Como consequência da transferência estão fatores como a redução do emprego e do gasto público, a dependência em relação às políticas federais, etc. Neste período, o Plano de Metas (1955-1960) elege São Paulo como principal

destino dos investimentos, possibilitando a consolidação de uma matriz industrial. A implantação da indústria de bens de consumo duráveis, por exemplo, ocorre quase que em sua totalidade na região.

Não obstante o cenário descrito, a década de 1960 fora ainda de bons resultados para o estado fluminense, que contava, por exemplo, com considerável participação nacional no setor de bens intermediários. Os fatores destacados, porém – em suma, a transferência da capital e a implantação do PND – tem implicações estruturais bastante relevantes para o período que se segue: o estado fluminense passa a não mais acompanhar a trajetória da economia do país, tal que o distanciamento que se imprime só reduz sua participação no PIB e sua importância frente aos demais estados.

A década de 1970, mesmo marcada por altas taxas de investimento e crescimento econômico, não exprimi muitos ganhos para a região: apesar das grandes expectativas acerca do Estado, seu ritmo de expansão ficou aquém da média nacional e, principalmente, de São Paulo. Após a Crise do Petróleo e a implantação do II PND, com nova orientação para os investimentos nacionais, o Rio se viu perdendo espaço também para novas metrópoles em ascensão, antes consideradas periféricas. Com a ideia de reduzir a dependência do país frente às crises externas, o II PND traz consigo uma substituição de importações focada em recursos naturais, tal que o Rio é posto em situação secundária.

Além disso, o Estado não soube aproveitar as circunstâncias, de maneira que, mesmo com o aumento da participação de bens intermediários na economia do país, o mesmo perde participação relativa neste setor. As mudanças foram tão intensas que alguns autores, como Diniz (1995), caracterizam este processo como um movimento de “desindustrialização relativa”, entendendo que, se não fosse o setor de extração do petróleo, as taxas de crescimento do estado se mostrariam efetivamente piores. O surgimento de uma “competição” maior no cenário nacional, a tendência de descentralização industrial e ainda a expansão da fronteira agrícola foram, neste contexto, explanadores da trajetória que se delineava no país. Como questão central está a mudança na inserção do Rio de Janeiro na economia brasileira: seu perfil econômico se modifica em sua retomada do crescimento; este está agora “voltado para fora”, com foco no setor petrolífero, siderurgia (efeito china), automobilismo (Comércio intra-firma).

Indo de encontro a vários dos pontos já assinalados, crê-se que os efeitos da crise dos anos 1980, conhecidos como “Década Perdida”, foram mais sentidos no Estado do Rio do que em outras regiões brasileiras. Este fora, em geral, um período marcado pela queda dos investimentos e do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento da dívida externa e interna e pela ascensão inflacionária (GIAMBIAGI et al., 2001). Em termos dos resultados econômicos do país, fica difícil diferenciar o Rio de Janeiro dos demais estados. Todavia a expressão deste pessimismo nos moradores do Rio demonstrava a surpresa e insatisfação com tal realidade. A região apresentou saldo migratório negativo de trabalhadores no período (SIMÕES, 2004, p.68).

O Brasil sofreu nos anos 1990 um processo de reestruturação política e produtiva. A liberalização comercial e o uso de inovações organizacionais e tecnológicas trouxeram efeitos sob o comportamento dos empresários, em busca de maior qualidade e competitividade para fazer frente à concorrência externa e à conquista de outros mercados para a indústria brasileira (HOTZ e ZANARDINI, 2009, p. 132). As perdas sofridas pelo Rio de Janeiro estão associadas a este processo, na medida em que a nova dinâmica nacional intensifica a competitividade inter-regional e a importância de outros setores da economia, como é o caso dos serviços.

A nova orientação da política industrial do Estado do Rio, com foco na obtenção de recursos para investir no desenvolvimento do estado, principalmente promovendo a atração de novas indústrias para a região, tem contribuído para a melhora da atratividade e competitividade econômica. Os últimos anos têm mostrado um aumento elevado no volume de investimento, sobretudo financiado pelo capital privado, em grande parte estrangeiro. O que se vê é um estado que enfrenta diversas dificuldades em seu desenvolvimento, principalmente devido à escassez de consolidação de algumas redes de apoio às atividades econômicas centrais. Além disso, os setores mais dinâmicos e com melhores resultados não conseguem propagar este efeito para outras camadas da economia.

BIBLIOGRAFIA

CANO W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998 A. (30 Anos de Economia, n° 1).

CARVALHO, R. L. *Slides da disciplina Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro*, Ministrada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro. *A Desinformação e os 4 Mitos Fluminenses* Agosto 2006 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (SEDE).

DAIN, S. *Rio de todas as crises: crise econômica*. In: Seminário Rio de Todas as Crises, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Iuperj, 1990, p. 1-8.

DINIZ, C. C. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. IPEA, JUNHO DE 1995.

_____. *Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração*. Tese (Professor titular) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991. 138p.

FONSECA, André Luiz. *Recuperação produtiva fluminense e a ascensão de seu interior*. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.

HOTZ, K; ZANARDINI, I. *Implicações do Processo de Reestruturação Produtiva no Brasil para os Trabalhadores e a Educação: algumas considerações*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.2, p.131-138, jul.-dez. 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 478p.

LOUREIRO, A. C. *Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade*. Minas Gerais: UFMG, 2006. 107 p. Tese (Mestrado) – Programa de Mestrado em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

NATAL, J. “Revisitando” o Rio de todas as crises. In: GONÇALVES, M. Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp/ANPUR, 2003.

_____. *Inflexão Econômica e Dinâmica Espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro*. Nova Economia, Belo Horizonte, n. 14 (3), p. 71-90, set./dez. 2004.

OSÓRIO, M. *Rio Nacional, Rio Local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2005.

PENALVA, A. *Economia fluminense: Superando a perda de dinamismo?* Revista Rio de Janeiro, n. 8, p. 31-58, set./dez. 2002.

SABOIA, J. *Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa: um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente*. Nova Economia, Belo Horizonte, n. 2, v.11, p. 85-122, dez. 2001.

SILVA, Robson. *Estrutura Industrial e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008)*. Campinas: UNICAMP, 2009. 231 p. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. Campinas: UNICAMP, 2004. 180 p. Tese (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SIMÕES, A. G. M.; *Reorganização do espaço produtivo e a “recuperação” da economia fluminense*. R. bras. Est. Pop., Campinas, v. 21, n. 1, p. 67-82, jan./jun. 2004.

SOBRAL, B. L. B. *A problemática do setor agropecuário fluminense e a desconcentração produtiva regional no Brasil – no período 1970/2006*. Geo UERJ. Rio de Janeiro, ano 10, n. 18, v. 1, p. 91-110, 1º sem. 2008.

URANI, A; FONTES, A; CHERMONT, I; ROCHA, R. *Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS. Rio de Janeiro, 2003.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em 22 de março de 2013.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u632535.shtml>>. Acesso em 01 de abril de 2013.

<<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC32686D3D013281E03F48787B.htm>>. Acesso em 18 de agosto de 2013 e 09 de julho de 2014.